



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

IV RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO – 2012

POPULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES



CATALOGAÇÃO RECOMENDADA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
População de Crianças e Adolescentes, RGPH-2012. - S. Tomé:
INE, 2014, - 63 p.

DIRECTORA-GERAL

ELSA MARIA CARDOSO
Telefone: 00 239 224 18 51
E-mail: elsacardoso123@hotmail.com

EDITOR

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Largo
das Alfândegas, C. P. 256, Telefone: 00 239 224
18 50
Fax: 00 239 222 19 82, S. Tomé S. Tomé e
Príncipe

COMPOSIÇÃO

INE, DIRECÇÃO DE ESTATÍSTICAS
DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS, Departamento de
Censos e Inquéritos

IMPRESSÃO

Lexonics Co Lda
Av. Independência, nº 7 Cp. 958 S.Tomé

ESCLARECIMENTO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Telefone: 00 239 224 18 50

EQUIPA TÉCNICA

Autor: GEISEL CARVALHO DE MENEZES
CONSULTORA: MARIA DE LURDES F. LOPES
INFORMÁTICO: IDÁLIO LUIS/ IVANDO CEITA
DESIGN: HENG D´JANINN DOS SANTOS
(ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO FNUAP E DO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA)

Índice

SIGLAS E ABREVIATURAS	4
LISTA DAS TABELAS	5
LISTA DOS GRÁFICOS	6
RESUMO EXECUTIVO	7
INTRODUÇÃO	11
I.CONTEXTO	13
1.1- Contexto sociocultural	13
1.2.- Estrutura Legal da Protecção da Criança.....	16
1.2.1.- Enquadramento Legal da Criança	16
1.2.2- Interveniente e Rede de serviços para apoio às crianças	16
1.2.3 - Acordos e Convenções Internacionais.....	17
II.METODOLOGIA	Erro! Marcador não definido.
III.CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS	20
3.1- Volume e repartição por sexo.....	20
3.2- Importância relativa das crianças e adolescentes na população urbana e rural.....	20
3.3 – Importância relativa das crianças e adolescentes a nível dos distritos.....	21
3.4- Estrutura por sexo e idade	22
IV. CONTEXTO FAMILIAR E CONDIÇÕES DE VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	25
4.1.- Relações de parentesco com o responsável de família	26
4.2.- As crianças nos diversos tipos de famílias	30
4.3- Características educacionais.....	32
4.3.1- Alfabetização.....	32
4.3.2.- Frequência escolar.....	33
4.3.3- Nível de Instrução	35
4.4 - Registo de nascimento.....	36
4.5 – Orfandade	38
4.6.- Condições de vida das crianças e adolescente.....	39
V. CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CIRCUNSTÂNCIAS PARTICULARMENTE DIFÍCEIS	46
A- População não escolar	46
B- Trabalho das crianças e adolescentes	50
C- Crianças e adolescentes portadoras de pelo menos uma incapacidade	59
BIBLIOGRAFIA	622
ANEXO	633

SIGLAS E ABREVIATURAS

CDC – Convenção dos Direitos das Crianças

ONU – Organização das Nações Unidas

IV RGPH – Resenciamento Geral da População e da Habitação

IDH – Índice de desenvolvimento humano

OMD – Objectivos de desenvolvimento do Milénio

IDS – Inquerito Demografico e Sanitário

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

ONG – Organização Não-governamental

RAP – Região Autónoma do Príncipe

OIT – Organização Internacional do Trabalho

IOF – Inquerito Sobre o Orçamento familiar

BM – Banco Mundial

LISTA DAS TABELAS

Tabela 3.3.1 – Incidência da população de 0-17 anos, segundo distrito por sexo.....	22
Tabela 3.4.2 - Evolução da estrutura por sexo e idade segundo os recenseamentos de 2001 e 2012	25
Tabela 4.1.3 – Repartição da população dos 0-17 anos, segundo meio de residência por relação de parentesco com o responsável de família.....	29
Tabela 4.1.4 – Repartição da população dos 0-17 anos, segundo distrito por relação de parentesco com o responsável de família	29
Tabela 5.1 – Repartição da população de 3-17 anos que se encontra fora do sistema de ensino segundo sexo, por frequência escolar.....	47
Tabela 5.6 – Repartição da população de 10-17 anos, segundo sexo e grupos etários por condição perante actividade económica	52
Tabela 5.7 – Incidência das crianças de 10-17 anos segundo distrito por condição perante actividade económica e sexo.....	53
Tabela 5.8 – Repartição da população de 10-17 anos empregadas segundo frequência escolar e meio de residência por sexo	54
Tabela 5.9 – Repartição da população de 10-17 anos empregada, segundo frequência escolar por relação de parentesco com o responsável de família	55
Tabela 5.10 – Repartição da população dos 10-17 anos empregadas, segundo sector de actividade e meio de residência por sexo	57
Tabela 5.11 – Repartição da população de 10-17 anos empregada, segundo distrito por situação na profissão.....	59
Tabela 5.12 – Repartição da população de 0-17 anos portadora de pelo menos uma incapacidade segundo grupos etários por sexo e relação de masculinidade.....	60

LISTA DOS GRÁFICOS

- Gráfico 3.1.1 – Repartição da população de 0-17 anos por sexo (%)
- Gráfico 3.3.1 - Incidência da população de 0-17 anos por distritos (%)
- Gráfico 3.4.1 – Relação de masculinidade para a população de 0-17 anos por idade simples
- Gráfico 4.4.1 – Incidência das crianças de 0-5 anos sem registo de nascimento segundo meio de residência
- Gráfico 4.4.2 – Incidência das crianças de 0-5 anos sem registo de nascimento segundo meio de residência
- Gráfico 4.4.3 – Incidência das crianças de 0-5 anos sem registo de nascimento segundo distritos
- Gráfico 4.5.1 – Distribuição percentual da população de 0-17 anos segundo situação perante orfandade – recenseamento de 2001 e 2012
- Gráfico 4.6.1 – Alguns indicadores de condições de vida das crianças e adolescentes segundo meio de residência
- Gráfico 4.6.1 – Alguns indicadores de condições de vida das crianças e adolescentes segundo meio de residência
- Gráfico 4.6.3 – Distribuição da população de 0-17 anos, segundo principal fontes de água consumida para beber por meio de residência
- Gráfico 4.6.4 – Repartição das crianças segundo tipo de instalação sanitária existente no alojamento
- Gráfico 5.1 – Incidência da população de 6-11 anos que se encontra fora do sistema de ensino por distrito
- Gráfico 5.2 – Repartição da população de 10-17 anos, segundo condição perante actividade económica
- Gráfico 5.3 – Incidência da população de 10-17 anos empregadas segundo distritos
- Gráfico 5.4 – Repartição da população de 10-17 anos empregada segundo profissão (%)
- Gráfico 5.5 – Repartição da população de 10-17 anos empregada segundo profissão por sexo (%)
- Gráfico 5.6 – Repartição da população dos 10-17 empregada segundo situação na profissão por meio de residência
- Gráfico 5.7 – Incidência da população de 0-17 anos portadoras de pelo menos uma incapacidade segundo distrito

RESUMO EXECUTIVO

As crianças e adolescentes representam quase metade da população total residente no país. Se em termos absolutos essa população aumentou de 68.389 em 2001, para 86.060 em 2012, em termos relativos, houve uma diminuição em relação à população total, de 55% em 2001, para 48% em 2012. As diferenças entre os sexos são relativamente insignificantes.

No meio urbano as crianças e adolescentes correspondem a 48% da população total residente nesse meio de residência, enquanto no meio rural corresponde a 49% da população total rural. Os distritos menos populosos apresentam uma incidência maior de crianças e adolescentes em relação a população total do distrito e, o inverso acontece naqueles de maior população. A maior incidência dessa população verifica-se no distrito de Lemba (51% da população total deste distrito), e a menor incidência se verifica no distrito de Caué (cerca de 46% da população total deste distrito).

Contexto familiar

O bem-estar social dos indivíduos é influenciado pela complexidade das estruturas familiares onde vivem. Cerca de 13% de crianças e adolescentes vivem apenas com um dos progenitores e 14% vivem em co-habitação com um dos progenitores e outros parentes ou não.

É fonte de preocupação o número de crianças e adolescentes (1.388 indivíduos, correspondente a cerca de 2%), que não possuem qualquer relação de parentesco com o responsável de família onde residem. Esta preocupação é também extensiva a aquelas crianças (11.455 indivíduos) que vivem sob o tecto dos avós, quando os dados revelam que 20% destas crianças e adolescentes nunca frequentaram uma escola.

A assunção precoce de responsabilidades familiares, seja na função de chefe ou em união conjugal com o chefe é uma realidade no país que continua a marcar o quotidiano de muitos adolescentes e a determinar as condições do seu desenvolvimento (quase 1% dessa população encontra-se nessa situação).

Relativamente à tipologia das famílias, verifica-se que cerca de 40% das crianças e adolescentes vivem em famílias de tipo nuclear, ou seja, vivem com a mãe e o pai, 13% vivem apenas com um dos progenitores, menos de 1% vivem sozinhas e 14% vivem em famílias monoparentais alargadas (com um dos progenitores e outras pessoas parentes ou não). De realçar que 32% vivem em outros tipos de família, uma categoria que reúne todos os outros casos possíveis.

Características educacionais

Apesar do acesso à educação constituir uma prioridade das autoridades e dos encarregados de educação, ainda existem 17.699 crianças e adolescentes, correspondente a cerca de 25% das crianças de 3 anos ou mais, que encontram-se fora do sistema escolar. Destas, 9% já frequentaram uma escola alguma vez no passado e 17% nunca frequentaram uma escola.

O abandono escolar afeta mais as crianças e adolescentes que são conjugues ou responsáveis de família, numa proporção de 85% e 60%, respetivamente. Nos outros tipos de parentesco, esta percentagem varia entre 6% para os netos/bisnetos, 8% para filhos/enteados, 13% para as que são familiares do responsável de família e 14% para os que não possuem nenhum grau de parentesco com o responsável.

A maioria desta população possui o nível básico, na proporção de sete em cada dez, enquanto dois em cada dez possui o nível secundário. A maioria das que são conjugues ou responsáveis de família possui nível básico (75%) ou secundário (224%), enquanto a maior parte dos filhos/enteados, netos/bisnetos, outro parente e sem parentesco, possui nível básico. A percentagem das que possuem o nível básico é relativamente mais elevada entre aquelas as que não possuem nenhum laço de parentesco com o responsável de família (82%, contra 78% para as que possuem algum parentesco, 69% para os filhos e 65% para os netos).

Registo de nascimento e orfanidade

Apesar de estar determinada na CDC que toda criança tem direito a um nome, cabendo ao registo de nascimento uma função fundamental para garantia desse direito, ainda

existem 8% de crianças de 0-5 anos (2.808 indivíduos) que não possuem registo de nascimento, com maior incidência nos distritos de Lembá (12%), Mé-Zóchi (11%) e Cantagalo (10%).

Existem 3,2% de crianças e adolescentes que são órfãs de pai, 1,17% órfãs de mãe e 0,26% órfãs de mãe e pai.

Condições de vida das crianças e adolescentes

A maioria das crianças e adolescentes, nas proporções de quase dois terços, têm acesso à energia elétrica (62%), embora desigualmente distribuída pelos dois meios de residência (68% no urbano contra 49% no rural).

Mais de metade tem acesso à TV e rádio, nos dois meios de residência. A antena parabólica é parte do quotidiano de 27% das crianças e adolescentes, com diferenças importantes entre os dois meios de residência (cerca de 30% no urbano contra 18,4% no rural).

O computador ainda é um privilégio de um pouco menos de 7% das crianças e adolescentes.

A canalização da rede pública incluindo o chafariz constitui a principal fonte de água consumida pelas crianças e adolescentes (84%). As outras fontes de abastecimento, designadamente, nascentes, rio/ribeira e outro (camião cisterna e água mineral) representam pouco mais de 16%.

Cerca de 56% de crianças e adolescentes vivem em alojamentos sem casa de banho, latrinas ou qualquer outro tipo de instalação sanitária para evacuação dos dejetos. Entretanto, 11,4% vivem em alojamentos com casa de banho de uso exclusivo, 27% vivem em alojamentos com latrina simples ou melhorada e quase 5% vivem em alojamentos com casa de banho de uso partilhado.

Trabalho das crianças e adolescentes

Apesar da contratação do trabalho prestado por menores em idade de escolaridade obrigatória ser proibida por lei, cerca de 6% da população de 10-17 anos trabalham, e 3% são desempregados que andam à procura de um novo emprego. As desempregadas não deixam de constituir um problema, na medida em que já tinham trabalhado antes do RGPH-2012, e se encontram disponíveis para trabalhar.

Entre as desempregadas, a diferença entre os sexos não é significativa (51% para rapazes e 49% para raparigas), enquanto entre as empregadas, a percentagem dos rapazes é quase dobro das raparigas (65% contra 35% para as raparigas).

A maioria exerce actividades não qualificadas (35%), e um pouco mais de um quarto trabalha na agricultura, pesca e floresta (27%). Aquelas que são operários e artífices correspondem a 20% e as que exercem actividades relacionadas com serviços e vendas correspondem a 15%.

Cerca de 40% trabalha para o setor terciário, 31% no setor primário e 16% no secundário.

A maior parte das crianças e adolescentes trabalha por conta de outrem sem contrato (56%), sendo esta percentagem é relativamente mais elevada no meio urbano (58% contra 53% no meio rural). Seguem-se as que são trabalhadores familiares não remunerados (27%) e trabalhadores por conta própria (16%). A semelhança do trabalho familiar não remunerado, a produção para próprio consumo é sobretudo uma realidade rural.

Crianças e adolescentes portadoras de pelo menos uma incapacidade

As portadoras de pelo menos uma incapacidade constituem um contingente de 1.779 indivíduos e correspondem a 2% da população de 0-17 anos. Entre estes, 53%, são do sexo masculino e 47% do sexo feminino.

A incidência desta população é mais elevada no distrito de Lobata (4%). Nos restantes distritos a incidência é quase idêntica ao valor nacional.

INTRODUÇÃO

A Convenção dos Direitos das Crianças (CDC) reconheceu a necessidade das crianças beneficiarem de proteção especial, com ênfase no direito à sobrevivência e proteção da família, o direito ao desenvolvimento e a proteção legal, bem como a participação nas questões da vida que lhes dizem respeito.

Enquanto estado parte desta convenção, São Tomé e Príncipe tornou suas as preocupações de salvaguarda desses direitos, reflectidos na lei fundamental, legislações ordinárias e nas políticas públicas que visam o desenvolvimento infantil.

Este trabalho realizado com base nos dados do IV RGPH de 2012, tem como objectivo aprofundar as questões relacionadas com as crianças e adolescentes em S. Tomé e Príncipe, e poderá constituir um contributo para avaliação da aplicação dos princípios da CDC. Pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar as características demográficas das crianças e adolescentes;
2. Analisar o contexto familiar e condições de vida onde estão inseridas;
3. Identificar e caracterizar um grupo específico desta população, denominada de crianças e adolescentes em circunstância particularmente difíceis.

Estes objectivos têm enquadramento nos objetivos específicos do IV RGPH-2012, que consiste em fornecer informações sobre o estado, a estrutura, as características socioculturais e económicas da população, informações importantes para a tomada de decisão e elaboração de políticas públicas visando a melhoria de qualidade de vida da população e das crianças e adolescentes em particular.

Este trabalho abrange a população residente nos alojamentos familiares ocupados com idade inferior a 18 anos e revela-se de grande importância na medida em que:

- Facultará informações aos diferentes programas e projetos, que visam a defesa dos direitos das crianças e adolescentes;
- Apoiará os órgãos distritais, as instituições e organizações defensoras de direitos das crianças e adolescentes na identificação de problemas e actualização de informações para as acções no âmbito do desenvolvimento de políticas sociais;

- Proporcionará aos cidadãos em geral, informações pertinentes de modo a criar uma sociedade civil mais informada a respeito da situação das crianças e adolescentes, e, conseqüentemente mais participativa na defesa dos seus direitos.

Existem no país alguns estudos relacionados com o trabalho infantil, a gravidez precoce, e meninos de rua. Ao contrário destes estudos específicos de cobertura mais restrita, o IV RGPH-2012, apresenta a vantagem de permitir uma análise aprofundada a nível da menor divisão administrativa do país.

A estrutura deste trabalho compreende, para além da introdução, 5 capítulos. O primeiro apresenta uma breve abordagem sobre o contexto sociocultural e político em que as crianças e adolescentes estão inseridas. O segundo refere-se a abordagem metodológica. O terceiro analisa as características demográficas. O quarto faz uma caracterização do contexto familiar e das condições de vida. O quinto caracteriza as crianças em circunstâncias particularmente difíceis.

CAPÍTULO I.CONTEXTO

1.1- Contexto sociocultural

Segundo um diagnóstico da situação da criança e da mulher publicada pelo Governo e Unicef em 2010, a sociedade santomense enfrenta uma progressiva degradação da estrutura familiar, causada pela perda dos valores tradicionais, do conceito de família alargada e emergência de um individualismo acentuado (Unicef, 2010:26).

A escassês de casamentos no registo, surge neste diagnóstico como uma expressão desta situação, também patente na prática da união livre ou *de facto*, na terminologia corrente. A tendência de homens unirem-se em simultâneo a várias mulheres, e de mulheres, por sua vêz, juntarem-se sucessivamente a vários homens, põe em evidência a problemática das uniões poligâmicas, que segundo o IDS afectam uma em cada quatro mulheres unidas.

Assim constituídas sem vínculos sérios que reforcem a coesão e a responsabilidade dos progenitores, é frequente esta informalidade na constituição das famílias, resultar numa elevada instabilidade da instituição familiar (Unicef, 2011:26). Esta constatação é reforçada também por Gerhard Seibert que acrescenta

«Podendo durar toda a vida – à semelhança do que acontece no casamento – as uniões de facto [...] tendem contudo a ser instáveis. [...] a separação é fácil e ocorre com frequência» (2001: 443).

Sendo verdade que este quadro atravessa todos os quadrantes da sociedade, este tende a acentuar com a progressiva degradação dos valores associada a pobreza. Segundo o Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) realizado em 2010, mais de metade das famílias santomenses (54,4%) vive abaixo do limiar da pobreza e quase 9% destas vivem na extrema pobreza.

Os indicadores de pobreza são mais elevados nas famílias numerosas do tipo monoparental alargado, no qual apenas um dos conjugues está presente e vive em coabitação com os filhos e outras pessoas relacionadas ou não. A extrema pobreza é

também mais elevada nas familiares chefiadas por mulheres ou por pessoas idosas, segundo os dados do Banco Mundial com base IOF.

A pobreza afecta os padrões de vida social dos membros da família e da comunidade. Os princípios de solidariedade familiar e social, evidentes nos tempos antigos do “quinté glandji” da família alargada têm vindo a esbater-se, impondo uma distância social entre os indivíduos pertencentes à uma mesma família.

As crianças quando partilham o mesmo espaço exíguo com os adultos, familiarizando-se desde muito cedo com a pobreza, promiscuidade e violência, tornam-se muitas vezes elas próprias, os reprodutores destas lógicas nefastas (Unicef, 2011).

A reprodução destes ciclos por acção conjugada dos factores acima mencionados, a qual se junta as fragilidades no processo de aplicação da justiça, debilita as estruturas familiares e compromete a sua capacidade de cumprirem a sua função de protecção das crianças.

As consequências são de natureza diversa, tais como: crianças negligenciadas, abandonadas e/ou na rua; de gravidezes e paternidade precoces, violência doméstica, estruturas familiares alteradas, muitas vezes fontes de conflito; uma mulher com vários filhos de pais diferentes; uma avó vivendo com vários netos de pais diferentes e famílias reconstituídas (Unicef, 2011).

Segundo RGPH-2012, duas em cada cinco famílias santomenses são do tipo monoparental, chefiadas por mulheres¹ viúvas ou “separadas” dos seus conjugues. Cerca de 13% de crianças e adolescentes vivem com apenas um dos progenitores, 14% vivem em coabitação com um dos progenitores e outros parentes ou não, e 13% vivem sob o mesmo teto e responsabilidade dos avós/bisavós.

A complexa estrutura familiar, a par da pobreza e da crise de valores que desestabilizam as famílias, refletem-se de forma directa na saúde e instrução das crianças, afectando consequentemente o seu bem-estar.

¹ Segundo RGPH-2012, a proporção de famílias de tipo monoparental, chefiadas por mulheres viúvas ou “separadas” dos seus conjugues, cresceu de 32,1% para 41,2%, entre 2001 e 2012.

Segundo RGPH-2012, 56% de crianças e adolescentes vivem em alojamentos sem casa de banho, latrinas ou qualquer outro tipo de instalação sanitária para evacuação dos dejetos; 8,4% de crianças de 0-5 anos (2.808 indivíduos) não possuem registo de nascimento; 25% (17.699) encontram-se fora do sistema de ensino, dos quais, 9% já frequentaram uma escola alguma vez no passado e 17% nunca frequentaram uma escola.

Assim, importa realçar também que cerca de 10% de crianças com menos de 5 anos sofrem de ma-nutrição aguda, das quais 4% sofrem de ma-nutrição aguda severa, na maioria dos casos, em consequência de uma alimentação insuficiente (IDS, 2010:160).

A gravidez na adolescência regista uma prevalência de 6,7% ao nível nacional (IDS, 2010), e o trabalho infantil, apesar de pouco expressivo, ainda afecta cerca de 5,6% das crianças entre 10-17 anos (RGPH-2012).

A mortalidade infantil diminuiu de 54,1 mortes por 1,000 nascidos vivos em 2001 para 30,2 mortes por 1,000 nascidos vivos em 2012. A mortalidade juvenil diminuiu de 4,5 para 4,2 por 1,000 nados vivos em 2012 (RGPH-2012). No entanto, apesar da evolução positiva destes indicadores, esta problemática necessita de atenção constante.

Importa realçar que o uso dos serviços de saúde reprodutiva é bastante elevado, em relação ao seguimento pré-natal (98%) (IDS 2010). A taxa de partos assistidos é elevada e cerca de 82% das grávidas fazem pelo menos uma consulta com pessoal qualificado (IDS 2010).

Embora não existam estatísticas específicas, verifica-se no país novas formas de pobreza infantil, como surgimento de crianças na rua, prostituição e uniões precoces (Unicef, 2010:27).

1.2.- Estrutura Legal da Protecção da Criança

1.2.1.- Enquadramento Legal da Criança

A existência de um quadro legal adequado é de grande importância para protecção efectiva da infância e adolescência, sendo certo que a sua ausência agrava a vulnerabilidade desta população e aumenta a probabilidade da negação de seus direitos.

Em São Tomé e Príncipe, o enquadramento legal da criança e adolescente reflete o compromisso do Estado e integra os princípios constitucionais, as leis internacionais e legislações ordinárias. Nesta perspectiva, as leis que norteiam actualmente o atendimento das crianças e adolescentes pautam-se pela concretização dos princípios consagrados na CDC, e destacam-se:

- A Constituição da República estabelece no artigo 52º que “as crianças têm direito ao respeito e à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral”.
- O Decreto-lei nº 41/71 de 28 de Dezembro - Estatuto da Assistência Jurisdicional aos menores (EAJM) - assegura assistência jurídica aos menores em conflito com a lei em matéria de prevenção, e no domínio da defesa dos seus direitos e interesses.
- A Lei nº2/77 de 24 de Dezembro - Lei da Família - regula as relações jurídico-familiares, e tem como objectivo fortalecer a solidariedade familiar e proteger as crianças.
- A Lei nº 6/92 de 11 de Maio regula as relações individuais de trabalho, e estabelece a idade mínima para admissão ao emprego (artº128, 14 anos).
- A Lei nº 2/2003 de 2 de Junho - Lei de Base do Sistema Educativo - estipula o ensino básico obrigatório e gratuito com a duração de 6 anos.
- A Lei nº 11/2008 de 29 de Outubro - Lei da Violência doméstica e familiar – prevê mecanismos de protecção às mulheres, crianças, adolescentes e homens.

1.2.2- Interveniente e Rede de serviços para apoio às crianças

A rede de serviços de apoio às crianças e adolescentes integra instituições governamentais (Ministério da Saúde e Assuntos Sociais e o Ministério da Educação, Cultura e Formação) e não-governamentais. Entre as instituições não-governamentais,

incluem-se as agências da Nações Unidas (UNICEF, UNFPA, OMS) e a sociedade civil organizada, tais como:

Fundação da Criança e da Juventude (ONG)	Educação para a cidadania (educação, intervenção social, ambiente e emergência infantil)
ARCAR (ONG)	Acolhimento de criança de famílias em situação precária
Fundação mãe saotomense (ONG)	Acompanhamento de crianças de famílias em situação precária (educação)
Step UP (ONG)	Apoio a crianças de famílias em situação precária
Igrejas (ONG)	Acolhimento, apoio escolar às crianças de famílias em situação precária
Fundação Novo Futuro (ONG)	Acolhimento e apoio escolar às crianças de famílias em situação precária.
Adra (ONG)	Apoio ao estudo e alimentação escolar
Santa Casa da Misericórdia (ONG)	

1.2.3 - Acordos e Convenções Internacionais

O país ratificou as principais convenções internacionais relativas ao direito das crianças e dos adolescentes, entre elas destacam-se; a Convenção das Nações Unidas Sobre o Direitos das Crianças (CDC), a Carta Africana Sobre o Direito e Bem-estar das Crianças, a Convenção nº138 da OIT sobre a idade mínima de admissão ao emprego e a convenção nº182 sobre a Prevenção e Acção Imediata para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil.

CAPÍTULO II. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Conforme já referido na introdução, este trabalho foi realizado com base nos dados do RGPH-2012, e abrange a população de ambos os sexos, residente nos alojamentos particulares ocupados com idade compreendida entre 0-17 anos. As informações sobre a idade, indispensáveis para a caracterização deste grupo alvo, foram obtidas através de duas perguntas directas; *Qual é o dia, mês e ano do seu nascimento?* e *Qual era a sua idade em 12 de Maio de 2012?*

A análise foi efectuada com base nos efectivos por idade simples e pelos seguintes escalões etários: 0-2; 3-5; 6-14 e 15-17 . Para a análise da educação, foi considerado a população de 3-17 anos de idade, agregados em grupos de 3-5 anos para a frequência do pré-escolar, 6-11 anos para o ensino básico, correspondente a idade de escolaridade obrigatória, e 12-17 anos para o ensino secundário.

Tendo em conta que as perguntas do censo relativas à actividade económica foram dirigidas aos indivíduos de 10 anos ou mais de idade, a análise deste subcapítulo considerou o grupo etário de 10-17 anos, repartidos em dois subgrupos: 10-14 anos, para os quais existe a interdição de trabalhar, e 15-17 anos.

Relativamente a caracterização das crianças portadoras de pelo menos uma incapacidade, foram consideradas os seguintes grupos etários; 0; 1-4; 5-9; 10-14; 15-17.

O nível geográfico mais desagregado considerado na análise é o distrito, com desagregação por meio de residência (urbano/rural).

As perguntas do RGPH-2012, utilizadas neste trabalho são: P02 – Relação de parentesco; P03 – Sexo; P06 – Idade; P08 – Registo de Nascimento; P19 – P20 – Orfandade; P22 – P27 – Educação; P22 – alfabetização; P23 – Frequência escolar; P24 – instrução do responsável de família; P28 – P30 – Estado Civil; P31 – P51 – Actividade Económica; e H01 – H30 – condições de vida das crianças e adolescentes.

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

1) Criança

Todo o indivíduo com idade compreendida entre 0-17 anos. Esta definição vai de encontro com o ordenamento² jurídico são-tomense, “*o menor é todo aquele que não tenha completado 18 anos*”, e com o estabelecido no Art.º 1.º da CDC adotada por São Tomé e Príncipe em 14 de maio de 1991, que estipula que “*criança é todo o indivíduo menor de 18 anos*”.

2) Crianças em circunstâncias particularmente difíceis

São aquelas que constituem um problema à luz das recomendações nacionais e internacionais sobre os direitos da criança, no que se refere à sua instrução, segurança e dignidade. Têm idade escolar mas encontram-se fora do sistema escolar, são responsáveis de família, trabalham ou são portadores de alguma incapacidade.

² A Lei n.º 2/77 de 24 de dezembro, que regulamenta as relações familiares, ao revogar a definição do conceito da menoridade constante do Art.º 122.º do Código Civil, considera como menor, para efeitos civis, “*as pessoas de um e outro sexo, enquanto não perfizerem 18 anos de idade*”, (Art.º 171.º da Lei n.º 2/77). A mencionada lei refere ainda que o matrimónio é contraído entre pessoas maiores de 18 anos, (Art.º 3.º, n.º 2), mas que, todavia, excecionalmente mediante determinadas condições é permitido o casamento de *menores de 18 anos*, desde que a mulher tenha completado 14 anos de idade e o homem tenha completado 16 anos.

O Decreto – Lei n.º 3/83 dispõe que o serviço militar só é permitido a partir dos 18 anos. O Art.º 6.º da Lei n.º 11/90 dispõe que a capacidade de exercício do sufrágio universal só é permitida a partir dos 18 anos de idade, enquanto, o Art.º 9.º da Lei n.º 6/2012 de 6 de agosto, a imputabilidade penal começa com os 16 anos².

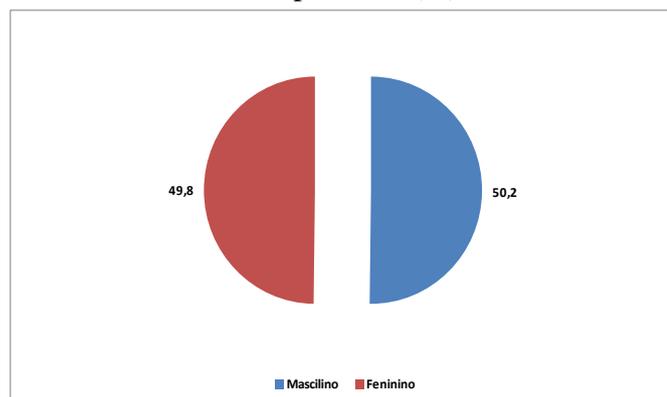
CAPÍTULO III. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Este estudo abrange a população de ambos os sexos residentes nos alojamentos particulares ocupados com idade compreendida entre 0-17 anos. A descrição das características desta população, incluindo volume e importância relativa em relação à população total, estrutura por sexo e idade, bem como evolução histórica, constituem elementos indispensáveis para a contextualização das análises subsequentes.

3.1- Volume e repartição por sexo

De acordo com o IV Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2012, as pessoas de 0-17 anos correspondem a um total de 86.060 efetivos e representam 48% da população total residente nos alojamentos particulares ocupados. Embora a diferença seja quase imperceptível em termos relativos, os rapazes são ligeiramente mais numerosos do que as raparigas, sendo os efetivos de sexo masculino 43.193 (50,2%) e os do sexo feminino 42.867 (49,8%) (gráfico 3.1.1)

Gráfico 3.1.4 – Repartição da população de 0-17 anos por sexo (%)



Em termos absolutos, os efetivos de crianças e adolescentes aumentaram de 68.389 em 2001, para 86.060 em 2012. Entretanto, verifica-se uma diminuição percentual em relação à população total, tendo passado de 55% do total da população residente em 2001, para 48% em 2012.

3.2– Importância relativa das crianças e adolescentes na população urbana e rural

A tabela 3.2.1 apresenta a incidência da população de 0-17 anos segundo meio de residência, por sexo. Observa-se que no meio urbano, correspondem a 47,7% da

população desse meio de residência, valor quase idêntico ao nacional. No meio rural essa população corresponde a 49% da população total rural.

Quanto ao sexo, verifica-se que não existem diferenças significativas a nível nacional (a incidência corresponde a cerca de 49% para os rapazes e 48% para as raparigas). A incidência dos rapazes é quase igual nos dois meios de residência (49%), e, no que se refere às raparigas a incidência é relativamente mais elevada no meio rural (49% contra 47% no meio urbano).

Tabela 3.2.1- Incidência da população de 0-17 anos, segundo meio de residência por sexo

Meio de residência	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
RDSTP	86 060	48,15	43 193	48,60	42 867	47,70
Urbano	57 173	47,73	28 527	48,59	28 646	46,91
Rural	28 887	49,00	14 666	48,63	14 221	49,38

3.3 – Importância relativa das crianças e adolescentes a nível dos distritos

Relativamente aos distritos, observa-se do gráfico 3.3.1 que a incidência é superior a 50% nos distritos menos populosos, ou seja, Lembá e Caué (ambos com 51%). Esse indicador é quase idêntico ao valor nacional nos distritos de Lobata e Mé-Zóchi (ambos com 49%). Na Região Autónoma de Príncipe corresponde a cerca de 50%. A incidência mais baixa verifica-se no distrito de Água Grande (cerca de 46%).

Quanto ao sexo, verifica-se da tabela 3.3.1 que nos distritos de Lembá e Cantagalo os rapazes correspondem a um pouco mais de 50% da população masculina destes distritos. No distrito de Água Grande a incidência dos rapazes corresponde ao menor valor registado (47%). A incidência das raparigas, oscila entre 45% em Água Grande e 53% no Caué, correspondendo ao valor mais elevado do país.

Gráfico 3.3.1 - Incidência da população de 0-17 anos por distritos (%)

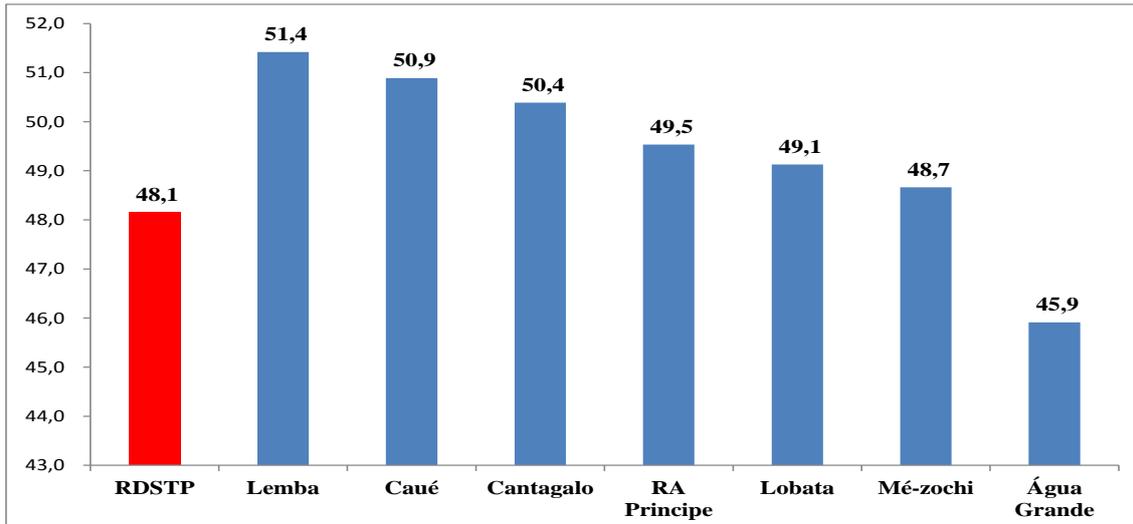


Tabela 3.3.1 – Incidência da população de 0-17 anos, segundo distrito por sexo

Distrito	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
RDSTP	86 060	48,15	43 193	48,60	42 867	47,70
Água Grande	31 889	45,91	15 832	47,14	16 057	44,77
Mé-zochi	21 779	48,66	10 973	49,32	10 806	48,02
Lobata	9 514	49,13	4 828	49,09	4 686	49,17
Cantagalo	8 647	50,39	4 361	49,83	4 286	50,97
Caué	3 069	50,89	1 542	49,20	1 527	52,71
Lembá	7 534	51,42	3 841	50,78	3 693	52,10
RA Príncipe	3 628	49,54	1 816	48,49	1 812	50,63

3.4- Estrutura por sexo e idade

Quando os dados são analisados por idades simples, verifica-se que as percentagens decrescem à medida que as idades aumentam. Constata-se, por exemplo, que as crianças menores de 1 ano correspondem ao grupo numericamente mais expressivo, representando 6,7% do total. A partir desta idade, as percentagens diminuem atingindo

4,3% para a população de 17 anos (tabela 3.4.1). Verifica-se que existe a mesma tendência a nível do sexo.

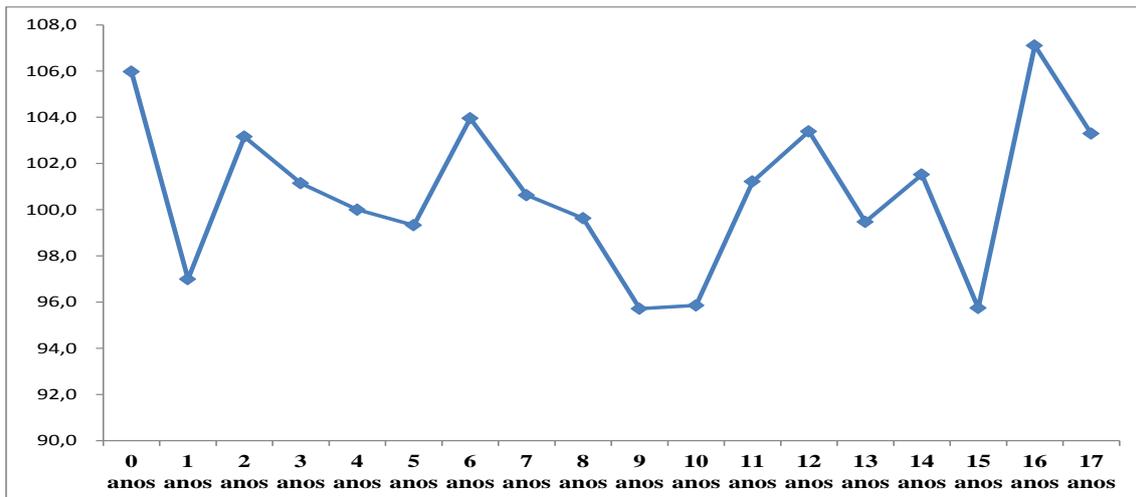
No que se refere aos grupos etários, a mesma tabela mostra que as crianças de 0-2 anos representam 19%, enquanto o grupo de 15-17 representa 13%. As crianças de 6-14 anos correspondem a cerca de 48% dessa população.

Tabela 3.4.1- Repartição da população de 0-17 anos, segundo idade simples por sexo e relação de masculinidade

Idade	Sexo e relação de masculinidade						Relação de masculinidade
	Total		Masculino		Feminino		
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	
RDSTP	86.060	100	43.193	100	42.867	100	100,76
0 anos	5.724	6,65	2.945	6,82	2.779	6,48	105,97
1 anos	5.244	6,09	2.582	5,98	2.662	6,21	96,99
2 anos	5.532	6,43	2.809	6,50	2.723	6,35	103,16
3 anos	5.628	6,54	2.830	6,55	2.798	6,53	101,14
4 anos	5.592	6,50	2.796	6,47	2.796	6,52	100,00
5 anos	5.605	6,51	2.793	6,47	2.812	6,56	99,32
6 anos	5.260	6,11	2.681	6,21	2.579	6,02	103,96
7 anos	5.104	5,93	2.560	5,93	2.544	5,93	100,63
8 anos	4.845	5,63	2.418	5,60	2.427	5,66	99,63
9 anos	4.658	5,41	2.278	5,27	2.380	5,55	95,71
10 anos	4.630	5,38	2.266	5,25	2.364	5,51	95,85
11 anos	4.469	5,19	2.248	5,20	2.221	5,18	101,22
12 anos	4.560	5,30	2.318	5,37	2.242	5,23	103,39
13 anos	3.784	4,40	1.887	4,37	1.897	4,43	99,47
14 anos	3.984	4,63	2.007	4,65	1.977	4,61	101,52
15 anos	3.862	4,49	1.889	4,37	1.973	4,60	95,74
16 anos	3.877	4,50	2.005	4,64	1.872	4,37	107,10
17 anos	3.702	4,30	1.881	4,35	1.821	4,25	103,29
0-2	16.500	19,17	8.336	19,30	8.164	19,04	102,11
3-5	16.825	19,55	8.419	19,49	8.406	19,61	100,15
6-14	41.294	47,98	20.663	47,84	20.631	48,13	100,16
15-17	11.441	13,29	5.775	13,37	5.666	13,22	101,92

A curva da relação de masculinidade mostra algumas oscilações que não permitem determinar uma tendência. Entretanto, observa-se que nascem cerca de 106 rapazes para cada 100 raparigas, valor que se situa entre os limites considerados normais. Os rapazes são superiores às raparigas de 2, 6, 12 e 17 anos, com uma relação de masculinidade de 103 (Gráfico 3.4.1). Não se verificam diferenças entre os sexos nas crianças de 4, 11 e 14 anos (relação de masculinidade de quase 100%). Nas restantes idades existem mais raparigas do que rapazes.

Gráfico 3.4.1 – Relação de masculinidade para a população de 0-17 anos por idade simples



Evolução entre 2001-2012

A tabela seguinte apresenta a evolução da estrutura por sexo e idade das crianças e adolescentes segundo os recenseamentos de 2001 e 2012. Conforme já referido inicialmente, os efetivos dessa população aumentaram de 68.389 em 2001, para 86.060 em 2012 (tabela 3.4.2). Em termos percentuais houve um aumento de quase 26% em relação a 2001. Isso verifica-se também em todas as idades. A população de 5, 10 e 7 anos teve um aumento de 52%, 44% e 37% respetivamente. O menor crescimento foi registado entre a população de 17 anos.

Tabela 3.4.2 - Evolução da estrutura por sexo e idade segundo os recenseamentos de 2001 e 2012

Idade simples	2001		2012	
	Efetivos	%	Efetivos	%
RDSTP	68.389	100	86.060	100
0 anos	4.564	6,67	5.724	6,65
1 anos	4.064	5,94	5.244	6,09
2 anos	3.832	5,60	5.532	6,43
3 anos	4.108	6,01	5.628	6,54
4 anos	4.099	5,99	5.592	6,50
5 anos	3.667	5,36	5.605	6,51
6 anos	3.923	5,74	5.260	6,11
7 anos	3.714	5,43	5.104	5,93
8 anos	3.771	5,51	4.845	5,63
9 anos	3.692	5,40	4.658	5,41
10 anos	3.982	5,82	4.630	5,38
11 anos	3.713	5,43	4.469	5,19
12 anos	3.735	5,46	4.560	5,30
13 anos	3.383	4,95	3.784	4,40
14 anos	3.627	5,30	3.984	4,63
15 anos	3.538	5,17	3.862	4,49
16 anos	3.506	5,13	3.877	4,50
17 anos	3.471	5,08	3.702	4,30
0-2	12.460	18,22	16.500	19,17
3-5	11.874	17,36	16.825	19,55
6-14	33.540	49,04	41.294	47,98
15-17	10.515	15,38	11.441	13,29

IV. CONTEXTO FAMILIAR E CONDIÇÕES DE VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O contexto familiar onde vivem as crianças e adolescentes e a natureza das relações entre elas e os seus progenitores ou, na ausência destes, os seus substitutos, determinam as condições de vida que podem contribuir para diferenças no seu desenvolvimento.

Partindo deste pressuposto, pretende-se fazer uma abordagem sobre as relações de parentesco desta população com o responsável de família e das condições que dispõem para o seu crescimento e desenvolvimento, através dos padrões de socialização familiar.

4.1.- Relações de parentesco com o responsável de família

A tabela 4.1.1 apresenta a repartição da população de 0-17 anos, segundo idade simples por relação de parentesco com o responsável de família. Consta-se que dois em cada dez indivíduos, ou seja 23% (cerca de 19.621) não residem com qualquer um dos pais biológicos, ou seja, não são filhos e nem enteados do responsável de família.

Tabela 4.1.1- Repartição da população de 0-17 anos, segundo idade simples por relação de parentesco com o responsável de família

Idade simples	Relação de parentesco com o responsável de família													
	Total		Responsável de família		Cônjuge ou companheiro(a)		Filho(a)/Enteado(a)		Neto(a) ou bisneto(a)		Outro parente		Outro sem parentesco	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
RDSTP	86 060	100	335	0,39	491	0,57	66 439	77,20	11 455	13,31	5 952	6,92	1 388	1,61
0 anos	5 724	100	0	-	0	-	4 774	83,40	757	13,23	163	2,85	30	0,52
1 anos	5 244	100	0	-	0	-	4 251	81,06	778	14,84	188	3,59	27	0,51
2 anos	5 532	100	0	-	0	-	4 428	80,04	859	15,53	211	3,81	34	0,61
3 anos	5 628	100	0	-	0	-	4 456	79,18	885	15,72	241	4,28	46	0,82
4 anos	5 592	100	0	-	0	-	4 432	79,26	857	15,33	254	4,54	49	0,88
5 anos	5 605	100	0	-	0	-	4 427	78,98	869	15,50	263	4,69	46	0,82
6 anos	5 260	100	0	-	0	-	4 203	79,90	742	14,11	260	4,94	55	1,05
7 anos	5 104	100	0	-	0	-	4 013	78,62	737	14,44	286	5,60	68	1,33
8 anos	4 845	100	0	-	0	-	3 742	77,23	719	14,84	321	6,63	63	1,30
9 anos	4 658	100	0	-	0	-	3 599	77,26	649	13,93	316	6,78	94	2,02
10 anos	4 630	100	0	-	0	-	3 515	75,92	669	14,45	339	7,32	107	2,31
11 anos	4 469	100	0	-	0	-	3 475	77,76	545	12,20	339	7,59	110	2,46
12 anos	4 560	100	9	0,20	9	0,20	3 442	75,48	566	12,41	417	9,14	117	2,57
13 anos	3 784	100	23	0,61	19	0,50	2 851	75,34	401	10,60	396	10,47	94	2,48
14 anos	3 984	100	29	0,73	28	0,70	2 946	73,95	428	10,74	447	11,22	106	2,66
15 anos	3 862	100	44	1,14	58	1,50	2 802	72,55	384	9,94	463	11,99	111	2,87
16 anos	3 877	100	92	2,37	127	3,28	2 680	69,13	337	8,69	526	13,57	115	2,97
17 anos	3 702	100	138	3,73	250	6,75	2 403	64,91	273	7,37	522	14,10	116	3,13
0-2	16 500	100	-	-	-	-	13 453	81,53	2 394	14,51	562	3,41	91	0,55
3-5	16 825	100	-	-	-	-	13 315	79,14	2 611	15,52	758	4,51	141	0,84
6-14	41 294	100	61	0,15	56	0,14	31 786	76,97	5 456	13,21	3 121	7,56	814	1,97
15-17	11 441	100	274	2,39	435	3,80	7 885	68,92	994	8,69	1 511	13,21	342	2,99

Em relação às opções para o cuidado destes indivíduos na ausência dos progenitores, verifica-se do mesmo quadro que, das 17.407 crianças e adolescentes que, embora parentes do responsável, não são seus filhos nem enteados, 66% são netos/bisnetos do responsável e 34% são outros parentes. Uma leitura, que poderá ser feita, embora através do recenseamento não se possa confirmar, é de que nem sempre a maternidade significa constituição de uma nova família ou autonomia em relação aos pais. Muitas vezes as filhas mesmo após darem à luz, continuam a viver com o recém-nascido sob o mesmo tecto e responsabilidade dos pais.

Existe uma correlação negativa entre o número de netos e a idade. Isto é, a proporção das crianças que vivem com os avós é mais elevada quando menor for a idade do indivíduo, o que nos leva a pressupor que, à medida que crescem, provavelmente passam a residir com os pais biológicos.

De realçar que existem 335 indivíduos que são responsáveis de família, 491 que são conjugues, e 1.388 que não possuem qualquer laço de parentesco com o responsável de família. Estes casos atípicos configuram situações de “*crianças em situações particularmente difíceis*”, na medida em que não possuem maturidade física e psíquica exigidas para assunção de tal responsabilidade, numa idade em que ainda carecem de protecção dos pais ou tutores para o seu bem-estar, nomeadamente no que se refere a saúde e segurança.

Das que são responsáveis de família, 82% têm entre 15 e 17 anos, enquanto as que são conjugues da mesma faixa etária representam 89%.

Entre aquelas que não possuem nenhum laço de parentesco com o responsável de família, 79% têm entre 9-17 anos de idade. Nota-se que existe uma correlação positiva entre os efetivos e as idades, o que vai de encontro à percepção geral de que este grupo é provavelmente a expressão visível de uma categoria de trabalho infantil doméstico designado *mina kiá*.

No que se respeita a repartição por sexo, verifica-se da tabela 4.1.2 que os que vivem em união conjugal com o responsável de família são quase todas do sexo feminino. Na verdade, apenas 5 em cada 100 são rapazes, o que poderá indicar uma propensão das

raparigas com 17 anos ou menos para unirem-se mais facilmente com parceiros mais velhos do que elas. Nas outras modalidades não existem diferenças significativas entre os sexos.

A maior parte dos responsáveis de família são do sexo masculino (187), embora o número das raparigas na mesma condição seja também comparativamente significativo (148). A mesma situação se verifica em relação aos menores que residem em famílias com as quais não existem laços de parentesco.

Tabela 4.1.2 – Repartição da população de 0-17 anos, segundo sexo por relação de parentesco com o responsável de família

Sexo	Relação de parentesco com o responsável de família													
	Total		Responsável de família		Cônjuge ou companheiro(a)		Filho(a)/Enteado(a)		Neto(a) ou bisneto(a)		Outro parente		Outro sem parentesco	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
RDSTP	86 060	100	335	0,39	491	0,57	66 439	77,20	11 455	13,31	5 952	6,92	1 388	1,61
Masculino	43 193	100	187	0,43	22	0,05	33 771	78,19	5 885	13,62	2 815	6,52	513	1,19
Feminino	42 867	100	148	0,35	469	1,09	32 668	76,21	5 570	12,99	3 137	7,32	875	2,04

Relativamente ao meio de residência, verifica-se da tabela seguinte que, a maioria das crianças e adolescentes responsáveis de família, conjugues ou aquelas que não possuem nenhum parentesco com o responsável de família, vive no meio urbano.

Nas outras modalidades não existem diferenças significativas entre os meios de residência, ou seja, a proporção das que vivem com pelo menos um dos pais é mais elevada no meio rural (79%, contra 76% no meio urbano), enquanto as proporções daquelas que vivem com outros parentes ou não possuem nenhum parentesco com o responsável de família são mais elevadas no meio urbano. Isto indica que pode existir uma migração de menores provenientes do meio rural para o urbano, o que vai de encontro com as estratégias de educação, emprego e matrimónio das novas gerações em contexto de pobreza.

Tabela 4.1.3 – Repartição da população dos 0-17 anos, segundo meio de residência por relação de parentesco com o responsável de família

Meio de residência	Relação de parentesco com o responsável de família													
	Total		Responsável de família		Cônjuge ou companheiro(a)		Filho(a)/Enteado(a)		Neto(a) ou bisneto(a)		Outro parente		Outro sem parentesco	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
RDSTP	86 060	100	335	0,39	491	0,57	66 439	77,20	11 455	13,31	5 952	6,92	1 388	1,61
Urbano	57 173	100	200	0,35	263	0,46	43 670	76,38	7 698	13,46	4 275	7,48	1 067	1,87
Rural	28 887	100	135	0,47	228	0,79	22 769	78,82	3 757	13,01	1 677	5,81	321	1,11

No que respeita ao distrito, observa-se que maior proporção de crianças e adolescentes responsáveis de família verifica-se no distrito de Lobata (0,6% dos menores residentes neste distrito), seguido de Água-Grande e Cantagalo, ambos com uma proporção igual a média nacional de 0,4%. Nos distritos de Mé-Zóchi (0,32%), Lembá (0,29%), Caué (0,26%) e Príncipe (0,335) as proporções correspondem a valores inferiores à média nacional (Tabela 4.1.4).

Tabela 4.1.4 – Repartição da população dos 0-17 anos, segundo distrito por relação de parentesco com o responsável de família

Distritos	Relação de parentesco com o responsável de família													
	RDSTP		Pessoa responsável pelo alojamento		Cônjuge ou companheiro(a)		Filho(a)/Enteado(a)		Neto(a) ou bisneto(a)		Outro parente		Outro sem parentesco	
	efectivo	%	efectivo	%	efectivo	%	efectivo	%	efectivo	%	efectivos	%	efectivos	%
RDSTP	86.060	100	335	0,39	491	0,57	66.439	77,20	11.455	13,31	5.952	6,92	1.388	1,61
Água Grande	31.889	100	137	0,43	104	0,33	23.982	75,20	4.219	13,23	2.758	8,65	689	2,16
Mé-zóchi	21.779	100	69	0,32	103	0,47	16.470	75,62	3.327	15,28	1.559	7,16	251	1,15
Lobata	9.514	100	54	0,57	81	0,85	7.492	78,75	1.179	12,39	601	6,32	107	1,12
Cantagalo	8.647	100	33	0,38	62	0,72	6.934	80,19	1.056	12,21	387	4,48	175	2,02
Lemba	7.534	100	22	0,29	84	1,11	6.137	81,46	879	11,67	324	4,30	88	1,17
Caué	3.069	100	8	0,26	21	0,68	2.566	83,61	356	11,60	112	3,65	6	0,20
RA Príncipe	3.628	100	12	0,33	36	0,99	2.858	78,78	439	12,10	211	5,82	72	1,98

A proporção das que vivem em união conjugal com o responsável de família é mais elevada nos distritos de Lembá (1,1%), Lobata (0,85%), Cantagalo (0,72%) e RA do Príncipe (cerca de 1%), enquanto em Água-Grande e Mé-Zóchi as proporções são inferiores à média nacional (0,33% e 0,47% respectivamente).

Relativamente às que residem com outros parentes, constata-se que em Água-Grande (8,7%) e Mé-Zóchi (7,2%) essa proporção é superior ao valor nacional. No que respeita aquelas que não possuem laços de parentesco com o responsável de família, os valores mais elevado são registados em Água-Grande (2,2%), Cantagalo e RA Príncipe (ambos com 2%), enquanto o valor mais baixo é registado em Caué (0,2%).

4.2.- As crianças nos diversos tipos de famílias

A caracterização dos diferentes tipos de família e a sua morfologia é fundamental para o conhecimento das redes de solidariedade intra e extra familiar que prestam assistência às crianças e adolescentes. Para análise do RGPH-2012, foram considerados seis tipos de família como se segue:

- Família unipessoal – trata-se de famílias com uma só pessoa.
- Família mono parentais – Trata-se de famílias em que apenas um dos cônjuges está presente e vivendo unicamente com os seus filhos.
- Família mono parental alargada – Trata-se de famílias em que apenas um só cônjuge está presente por qualquer motivo (morte, separação física/divórcio etc.) e vivendo não só com os seus filhos, mas também com outras pessoas, sejam estas parentes ou não.
- Famílias nucleares – Famílias constituídas por um casal e seus filhos, sem outras pessoas que sejam parentes ou não.
- Famílias conjugais - – Famílias constituídas por duas pessoas de sexo oposto, que vivem maritalmente, sem outras pessoas que sejam parentes ou não.
- Outro – trata-se de todos os outros casos possíveis

Verifica-se da tabela abaixo que 40% das crianças e adolescentes vivem em famílias de tipo nuclear, ou seja, vivem com ambos os progenitores. Entretanto, 13% vivem apenas com um dos progenitores, menos de 1% vivem sozinhas e 14% vivem em famílias

monoparentais alargadas - vivem com um dos progenitores e outras pessoas parentes ou não. De realçar que 32% vivem em outros tipos de família, uma categoria que reúne todos os outros casos possíveis.

Tabela 4.2.1 – Repartição da população dos 0-17 anos, segundo tipologia de família por relação de parentesco com o responsável de família

Tipologia de família	Relação de parentesco com o responsável de família													
	Total		Responsável de família		Conjuge ou companheiro(a)		Filho/Enteado(a)		Neto ou Bisneto(a)		Outro parente		Outro sem parentesco	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Total	86.060	100	335	100	491	100	66.439	100	11.455	100	5.952	100	1.388	100
Pessoa vive sozinha	133	0,15	133	39,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mono Parental	11.533	13,40	10	2,99	-	-	11.523	17,34	-	-	-	-	-	-
Nuclear	34.443	40,02	35	10,45	201	40,94	34.207	51,49	-	-	-	-	-	-
Conjugal	242	0,28	29	8,66	213	43,38	-	-	-	-	-	-	-	-
Mono Parental alargada	12.060	14,01	13	3,88	-	-	4.968	7,48	5.170	45,13	1.641	27,57	268	19,31
Outro	27.649	32,13	115	34,33	77	15,68	15.741	23,69	6.285	54,87	4.311	72,43	1.120	80,69

Verifica-se também que 40% das que são responsáveis de família vivem sozinhas, cerca de 10% vivem com os conjuges e filhos e 34% vivem em outros tipos de família. A maioria dos que são conjuges vive em famílias de tipo nuclear (40%), ou de tipo conjugal (43,3%).

De realçar que 17% das que são filhos vivem apenas com um dos progenitores, mais de metade vive em famílias nucleares e cerca de ¼ em outro tipo de família.

No que respeita às que possuem algum grau de parentesco com o responsável, os dados revelam que cerca de 28% vivem em famílias de tipo monoparental alargado. Esta percentagem corresponde a 19% entre as crianças que não possuem nenhum laço de parentesco com o responsável de família.

4.3- Características educacionais

Pretende-se neste subcapítulo, verificar até que ponto as crianças e adolescentes que não vivem com nenhum dos progenitores são discriminadas em matéria de educação, comparativamente àquelas que são filhas/enteadas ou parentes do responsável de família.

4.3.1- Alfabetização

Das 86.060 pessoas com idade compreendida entre 0-17 anos, 58.340 possuem entre 3-17 anos. Da análise da tabela 4.3.1 constata-se que quase 18% não sabem ler nem escrever, ou seja, são analfabetas. Importa mencionar também que um pouco menos de 1% apenas sabe ler (0,48%).

Existem diferenças consoante a relação de parentesco com o responsável de família. Constata-se por exemplo, que 4% das que são responsáveis de família e quase 6% dos cônjuges, são analfabetas. Essa percentagem corresponde a 12% entre as crianças e adolescentes que não têm nenhum laço familiar com o responsável, e cerca de 30% entre as que possuem algum laço familiar com o responsável (17,9% entre os filhos/enteados e 11,8% entre as que são outros parentes). Provavelmente, esta situação explica-se pelo facto das que são responsáveis de família serem mais idosas, enquanto, uma boa parte das outras ainda não atingiu a idade de frequentar um estabelecimento de ensino.

Tabela 4.3.1 – Repartição da população de 3-17 anos segundo condição perante alfabetização, por relação de parentesco com o responsável de família e meio de residência

Condição perante alfabetização	Relação de parentesco com o responsável de família													
	Total		Responsável de família		Cônjuge ou companheiro(a)		Filho(a)/Enteado(a)		Neto ou bisneto(a)		Outro Parentesco		Outro sem parentesco	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Total	58 340	100	335	100	491	100	44 098	100	7 319	100	4 895	100	1 202	100
Sabe ler e escrever	47 869	82,05	321	95,82	457	93,08	35 983	81,60	5 750	78,56	4 296	87,76	1 062	88,35
Somente ler	282	0,48	0	0,00	5	1,02	214	0,49	38	0,52	22	0,45	3	0,25
Não sabe ler e escrever	10 189	17,46	14	4,18	29	5,91	7 901	17,92	1 531	20,92	577	11,79	137	11,40
Urbano														
Total	38 671	100	200	100	263	100	28 941	100	4 837	100	3 492	100	938	100
Sabe ler e escrever	31 888	82,46	195	97,50	244	92,78	23 713	81,94	3 817	78,91	3 078	88,14	841	89,66
Somente ler	180	0,47	0	0,00	4	1,52	141	0,49	20	0,41	12	0,34	3	0,32
Não sabe ler e escrever	6 603	17,07	5	2,50	15	5,70	5 087	17,58	1 000	20,67	402	11,51	94	10,02
Rural														
Total	19 669	100	135	100	228	100	15 157	100	2 482	100	1 403	100	264	100
Sabe ler e escrever	15 981	81,25	126	93,33	213	93,42	12 270	80,95	1 933	77,88	1 218	86,81	221	83,71
Somente ler	102	0,52	0	0,00	1	0,44	73	0,48	18	0,73	10	0,71	-	0,00
Não sabe ler e escrever	3 586	18,23	9	6,67	14	6,14	2 814	18,57	531	21,39	175	12,47	43	16,29

As diferenças consoante o meio de residência não apresentam disparidades significativas na maioria dos casos, exceptuando os casos das que são responsáveis de família, onde a percentagem das que não sabem ler e escrever no meio rural (6,7%) é duas vezes maior do que no meio urbano (2,5%).

4.3.2.- Frequência escolar

Relativamente à frequência escolar verifica-se da tabela 4.3.2 que 25% destas crianças e adolescentes (17.699) encontram-se fora do sistema de ensino, dos quais, 9% já frequentaram uma escola alguma vez no passado e cerca de 17% nunca frequentaram uma escola.

O abandono escolar é uma realidade que afeta mais as crianças e adolescentes em situações difíceis, designadamente, aquelas que são conjugues ou responsáveis de

família, numa proporção de 85% e 60%, respetivamente. Nos outros tipos de parentesco esta percentagem varia entre 6% para os que são netos/bisnetos, 8% para os filhos/enteados, 13% para os que são familiares do responsável de família e 14% para os que não possuem nenhum grau de parentesco com o responsável.

Cerca de 20% das que vivem com avós/bisavós nunca frequentaram uma escola, valor muito superior a todos os outros contextos, seguido por aquelas que são filhos/enteados (17%). Estes podem ser indivíduos que ainda não atingiram idade de frequentar um estabelecimento escolar.

Relativamente à frequência actual, verifica-se que as proporções estão próximas da média nacional, exceptuando-se os conjugues (12%) e os responsáveis de família (37%).

Quanto ao meio de residência, verifica-se que no meio rural a proporção das crianças e adolescentes que frequentam uma escola aumenta à medida que se estreitam os laços de parentesco com o responsável de família. Esta situação corresponde ao facto de que os indivíduos que possuem algum grau de parentesco com o responsável de família são mais protegidos no meio rural do que aqueles sem qualquer parentesco com o responsável. Sendo, por essa razão, maior a probabilidade de abandonarem a escola quando passam a viver fora do seu lar natural ou são acolhidas por famílias sem laços de parentesco. As explicações para esse facto podem prender-se com razões económicas ou com a necessidade de entrarem mais cedo no mercado de trabalho.

No meio urbano as diferenças não são significativas no que se refere à frequência escolar (77% para os que são parentes do responsável, 74% para os netos/bisnetos e 76% para os filhos/enteados).

Tabela 4.3.2 – Repartição da população de 3-17 anos, segundo frequência escolar por relação de parentesco com o responsável de família e meio de residência

Frequência escolar	Relação de parentesco com o responsável de família													
	Total		Responsável de família		Cônjuge ou companheiro(a)		Filho(a)/Enteado(a)		Neto ou bisneto(a)		Outro Parentesco		Outro sem parentesco	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Total	69 560	100	335	100	491	100	52 986	100	9 061	100	5 390	100	1 297	100
Nunca frequentou	11 624	16,71	10	2,99	16	3,26	9 087	17,15	1 778	19,62	597	11,08	136	10,49
Frequentou	6 075	8,73	202	60,30	417	84,93	4 000	7,55	558	6,16	711	13,19	187	14,42
Esta a frequentar	51 861	74,56	123	36,72	58	11,81	39 899	75,30	6 725	74,22	4 082	75,73	974	75,10
Urbano														
Total	46 113	100	200	100	263	100	34 761	100	6 021	100	3 864	100	1 004	100
Nunca frequentou	7 596	16,47	3	1,50	7	2,66	5 882	16,92	1 187	19,71	422	10,92	95	9,46
Frequentou	3 911	8,48	116	58,00	220	83,65	2 591	7,45	376	6,24	476	12,32	132	13,15
Esta a frequentar	34 606	75,05	81	40,50	36	13,69	26 288	75,62	4 458	74,04	2 966	76,76	777	77,39
Rural														
Total	23 447	100	135	100	228	100	18 225	100	3 040	100	1 526	100	293	100
Nunca frequentou	4 028	17,18	7	5,19	9	3,95	3 205	17,59	591	19,44	175	11,47	41	13,99
Frequentou	2 164	9,23	86	63,70	197	86,40	1 409	7,73	182	5,99	235	15,40	55	18,77
Esta a frequentar	17 255	73,59	42	31,11	22	9,65	13 611	74,68	2 267	74,57	1 116	73,13	197	67,24

4.3.3- Nível de Instrução

A maioria desta população possui o nível básico, na proporção de 7 em cada 10, enquanto 2 em cada 10 possui o nível secundário. De realçar que cerca de 17% não possuem nenhuma instrução (Tabela 4.3.3).

Relativamente aos diferentes contextos, verifica-se que a maioria das que são conjugues ou responsáveis de família possui nível básico ou secundário, enquanto a maioria dos filhos/enteados, netos/bisnetos, outro parente e sem parentesco, possui nível básico.

Importa mencionar que a percentagem das crianças e adolescentes que possuem nível básico é relativamente mais elevada entre as que não possuem nenhum laço de parentesco com o responsável de família (82%, contra 78% para as crianças que possuem algum parentesco, 69% para os filhos e 65% para os netos). Essa situação é relativamente idêntica nos dois meios de residência.

Tabela 4.3.3 – Repartição da população de 3-17 anos, segundo nível de escolaridade por relação de parentesco com o responsável de família e meio de residência

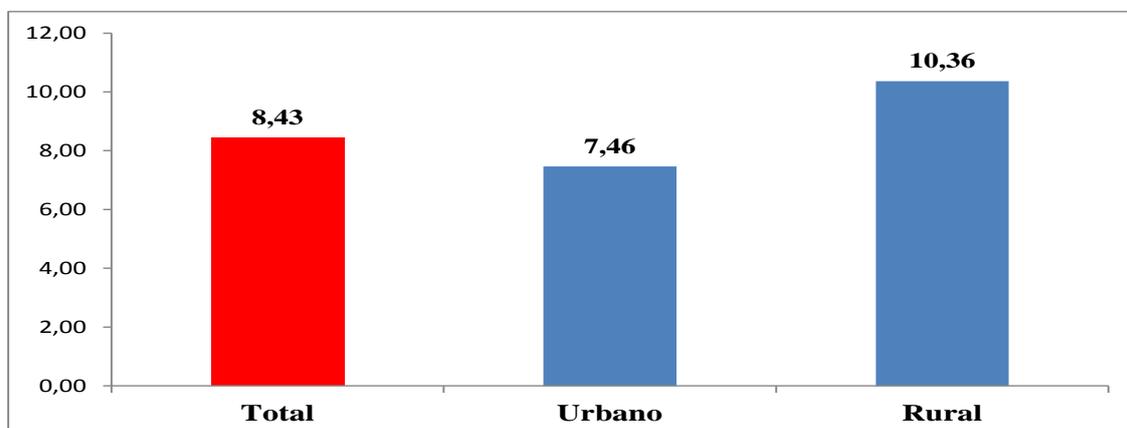
Nível de escolaridade	Relação de parentesco com o responsável de família													
	Total		Responsável de família		Cônjuge ou companheiro(a)		Filho(a)/Enteado(a)		Neto ou bisneto(a)		Outro Parentesco		Outro sem parentesco	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Total	69 560	100	335	100	491	100	52 986	100	9 061	100	5 390	100	1 297	100
Sem nível	11 624	16,71	10	2,99	16	3,26	9 087	17,15	1 778	19,62	597	11,08	136	10,49
Pré-Escolar	8 089	11,63	-	0,00	-	0,00	6 422	12,12	1 248	13,77	364	6,75	55	4,24
Básico	48 416	69,60	250	74,63	321	65,38	36 631	69,13	5 930	65,45	4 222	78,33	1 062	81,88
Secundário	1 431	2,06	75	22,39	154	31,36	846	1,60	105	1,16	207	3,84	44	3,39
Urbano														
Total	46 113	100	200	100	263	100	34 761	100	6 021	100	3 864	100	1 004	100
Sem nível	7 596	16,47	3	1,50	7	2,66	5 882	16,92	1 187	19,71	422	10,92	95	9,46
Pré-Escolar	5 454	11,83	-	0,00	-	0,00	4 283	12,32	848	14,08	286	7,40	37	3,69
Básico	32 050	69,50	150	75,00	164	62,36	23 982	68,99	3 914	65,01	3 002	77,69	838	83,47
Secundário	1 013	2,20	47	23,50	92	34,98	614	1,77	72	1,20	154	3,99	34	3,39
Rural														
Total	23 447	100	135	100	228	100	18 225	100	3 040	100	1 526	100	293	100
Sem nível	4 028	17,18	7	5,19	9	3,95	3 205	17,59	591	19,44	175	11,47	41	13,99
Pré-Escolar	2 635	11,24	-	0,00	-	0,00	2 139	11,74	400	13,16	78	5,11	18	6,14
Básico	16 366	69,80	100	74,07	157	68,86	12 649	69,40	2 016	66,32	1 220	79,95	224	76,45
Secundário	418	1,78	28	20,74	62	27,19	232	1,27	33	1,09	53	3,47	10	3,41

4.4 - Registo de nascimento

A CDC determina que toda criança tem direito a um nome, uma nacionalidade e proteção contra a perda de identidade, cabendo ao registo de nascimento uma função fundamental para garantia desses direitos.

No RGPH-2012, esta questão foi dirigida às crianças de 0-5 anos, que correspondem a um efectivo de 33.325 indivíduos. Destas, 8,4% (2.808 indivíduos) não possuem registo de nascimento (Gráfico 4.4.1).

Gráfico 4.4.1 – Incidência das crianças de 0-5 anos sem registo de nascimento segundo meio de residência

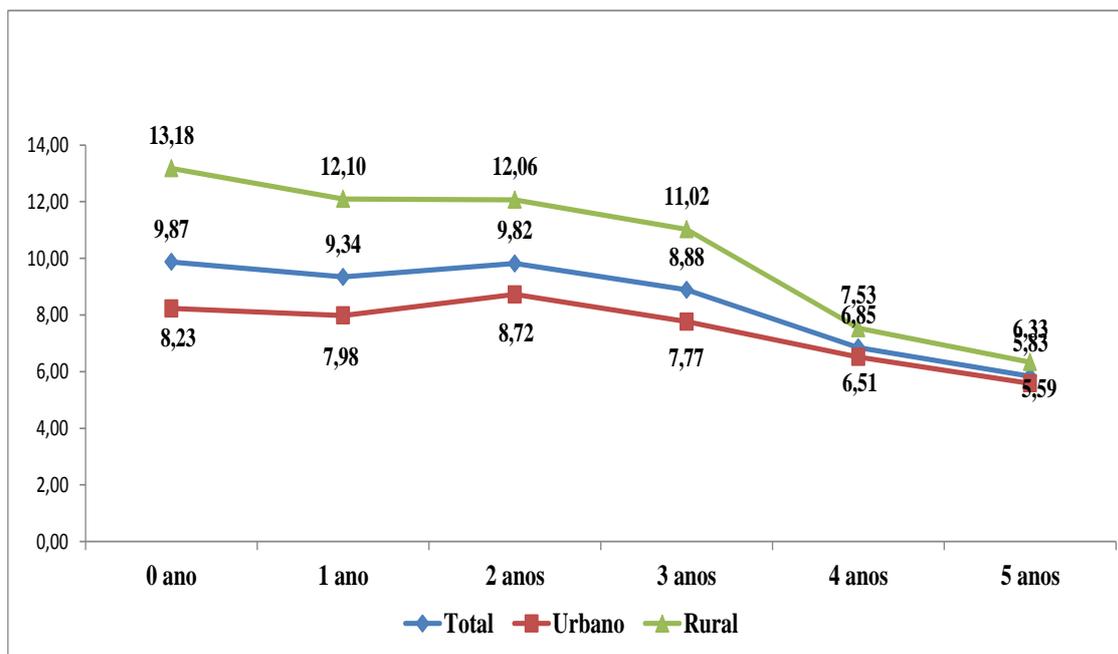


Verifica-se que existe alguma diferença em relação ao meio de residência, ou seja, no meio rural, 10,4% dessas crianças não possuem registo de nascimento, enquanto no meio urbano a incidência corresponde a cerca de 8%.

A tabela 4.4.1 do Anexo apresenta a incidência das crianças de 0-5 anos sem registo de nascimento segundo idade simples por meio de residência. Observa-se que entre as crianças menores de um ano, cerca de 10% não possuem registo. A incidência diminui à medida que aumenta a idade da criança. Ela é quase idêntica entre as crianças de 1 e 2 anos, e relativamente mais baixa entre as de 3, 4 e 5 anos.

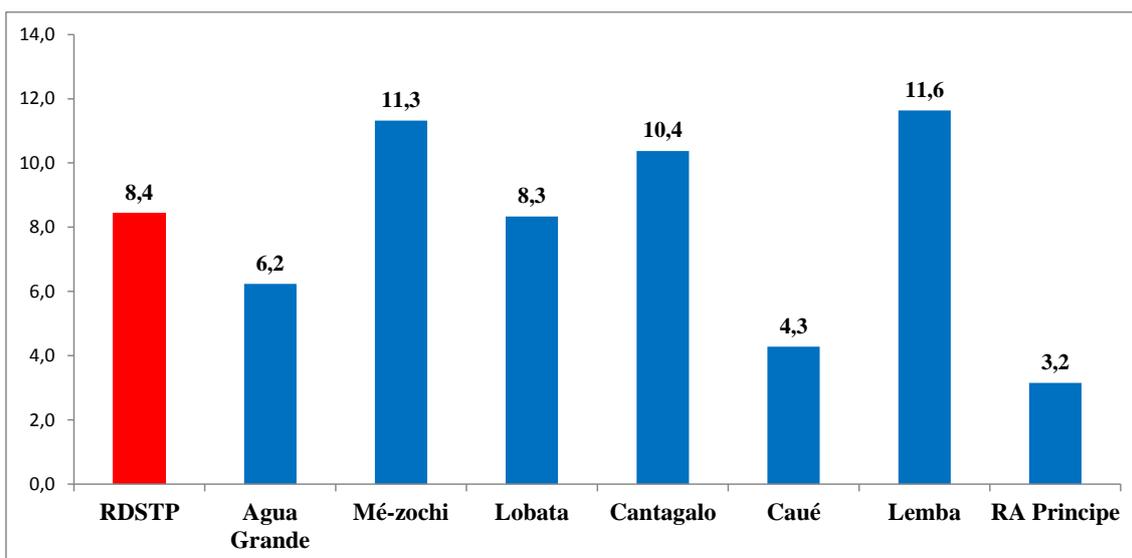
Conforme se poderia esperar, este indicador é mais elevado no meio rural do que no urbano, qualquer que seja a idade da criança (Gráfico 4.4.2). Por exemplo, entre as menores de um ano a incidência corresponde a 8% no meio urbano e 13% no meio rural.

Gráfico 4.4.5 – Incidência das crianças de 0-5 anos sem registo de nascimento segundo meio de residência



Relativamente aos distritos, verifica-se do gráfico seguinte que a incidência é superior à média nacional nos distritos de Lembá (11,6%), Mé-Zóchi (11,3%) e Cantagalo (10,4%). Em Lobata, Água Grande, Caué e Príncipe os valores são inferiores a 8%.

Gráfico 4.4.6 – Incidência das crianças de 0-5 anos sem registo de nascimento segundo distritos



4.5 – Orfandade

A tabela 4.5.1 indica a distribuição percentual da população de 0-17 anos segundo situação perante orfandade. Cerca de 95% destas crianças e adolescentes não são órfãs. Entretanto, existem 3,2% que são órfãs de pai, 1,17% órfãs de mãe e 0,26% órfãs de mãe e pai.

Tabela 4.5.1 – Distribuição percentual da população de 0-17 anos segundo a situação perante orfandade

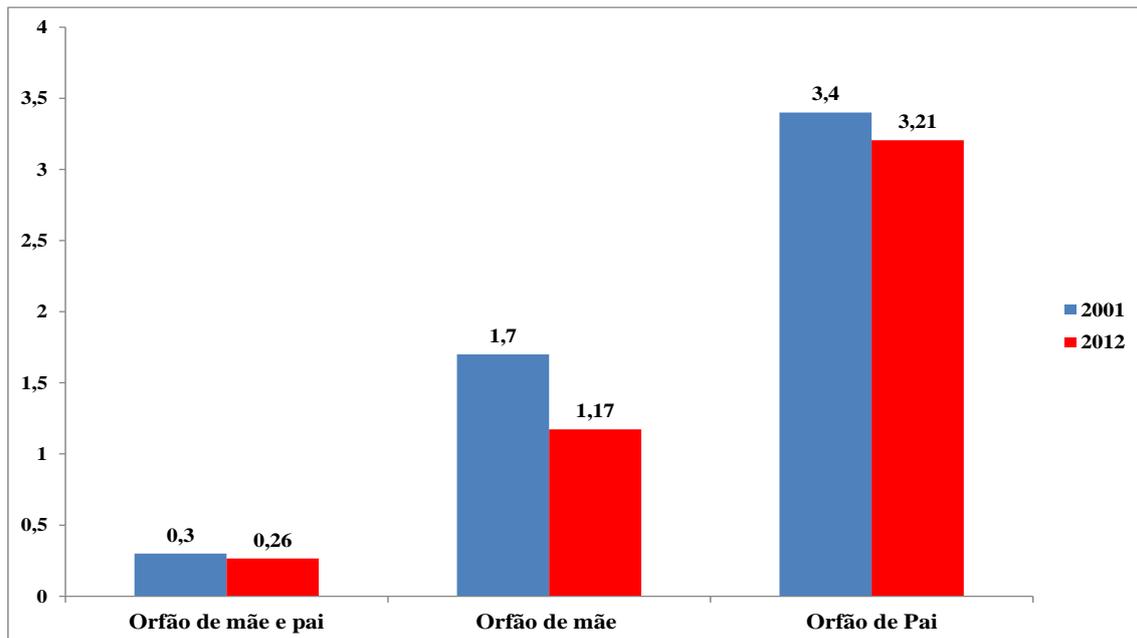
Orfandade		Efetivo	%
Orfão	Mãe e pai	228	0,26
	Mãe	1009	1,17
	Pai	2759	3,21
Não orfão		81777	95,02
Não sabe		287	0,33
Total		86060	100,00

Apesar destas percentagens serem relativamente baixas esta situação não deixa de constituir um problema para o desenvolvimento destes indivíduos, na medida em que

são obrigados a viver apenas com um dos progenitores ou com alguém que possa ser parente ou não.

Observa-se do gráfico abaixo que a proporção das crianças e adolescentes órfãs de mãe e pai praticamente manteve-se constante entre os dois recenseamentos. Entretanto, houve uma pequena redução no que se refere às órfãs de mãe (1,7% em 2001 contra 1,2% em 2012).

Gráfico 4.5.1 – Distribuição percentual da população de 0-17 anos segundo situação perante orfandade – recenseamento de 2001 e 2012

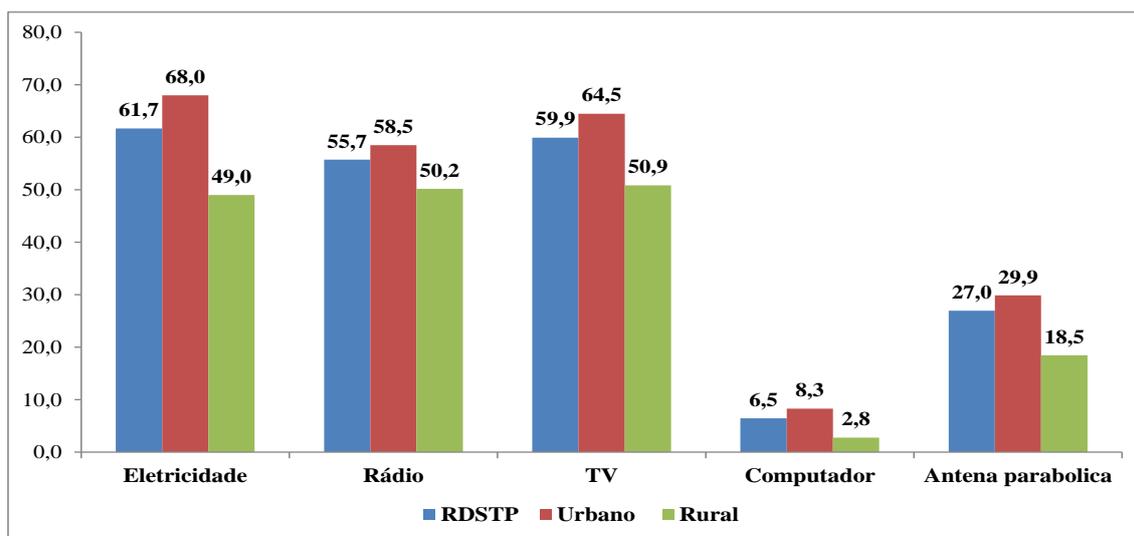


4.6.- Condições de vida das crianças e adolescente

A satisfação das necessidades básicas, como o acesso à habitação, água potável, energia elétrica, saneamento e comunicação, quando enquadrada em políticas públicas coerentes para promoção da família, contribuem para melhorias nas condições de bem-estar social das populações, e das crianças e adolescentes em particular.

A partir da análise do gráfico abaixo, verifica-se que quase 62% dessa população têm acesso à energia elétrica, embora desigualmente distribuída pelos dois meios de residência (68% no urbano contra 49% no rural).

Gráfico 4.6.1 – Alguns indicadores de condições de vida das crianças e adolescentes segundo meio de residência



Relativamente ao acesso aos meios de comunicação, verifica-se que mais de metade tem acesso à TV e rádio, nos dois meios de residência. Entretanto, conforme se poderia esperar, essas percentagens são relativamente mais elevadas no meio urbano.

O computador ainda é um privilégio de uma parte restrita dessa população, correspondendo a pouco menos de 7%. A antena parabólica é parte integrante do quotidiano de 27% das crianças e adolescentes, com diferenças importantes entre os dois meios de residência (cerca de 30% no urbano contra 18,4% no rural).

No que respeita ao distrito, verifica-se da tabela 4.6.1 que no Príncipe, Água Grande e Mé-Zóchi, a cobertura da maior parte destes indicadores apresenta valor mais elevado. A cobertura mais baixa se verifica nos distritos de Caué e Cantagalo.

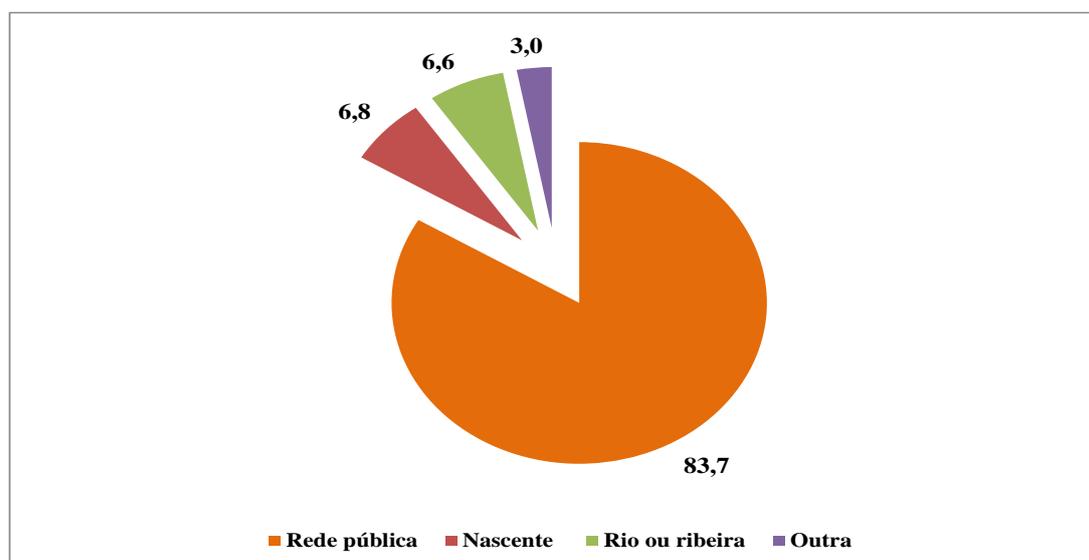
Tabela 4.6.1 – População de 0-17 anos, segundo distrito por acesso a alguns indicadores de condições de vida

Distrito	Indicadores das condições de vida das crianças e adolescentes				
	Acesso a electricidade	Acesso a rádio	TV	Acesso a computador	Acesso a antena parabólica
RDSTP	61,66	55,7	59,9	6,5	27,0
Agua Grande	73,93	63,18	71,95	11,46	18,83
Mé-zochi	59,90	54,38	56,60	3,97	10,36
Lobata	53,11	48,82	52,02	3,67	5,00
Cantagalo	42,11	45,23	46,16	2,07	5,57
Caué	41,62	54,82	40,08	2,25	4,57
Lemba	50,09	45,17	45,34	1,85	2,83
RA Principe	75,20	64,43	75,50	8,46	14,33

Principal fonte de água consumida para beber

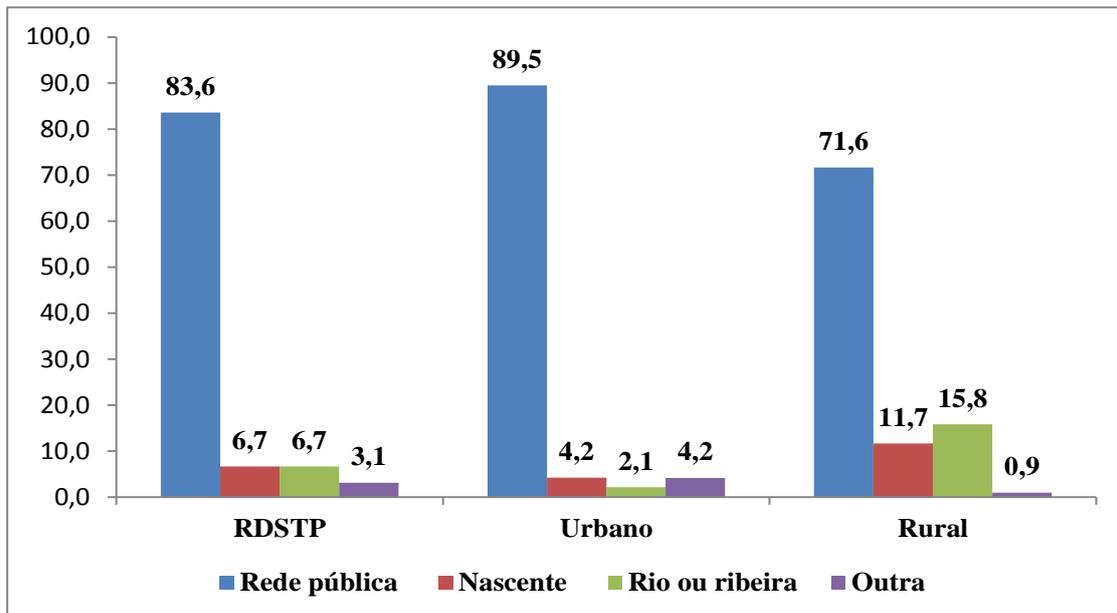
A canalização da rede pública incluindo o chafariz constitui a principal fonte de água consumida pelas crianças e adolescentes (84%). As outras fontes de abastecimento, designadamente, nascentes, rio/ribeira e outro (camião cisterna e água mineral) representam pouco mais de 16% (Gráfico 4.6.2).

Gráfico 4.6.2 – Distribuição da população 0-17 anos segundo principal fonte de água consumida para beber (%)



Relativamente ao meio de residência, verifica-se do gráfico abaixo que mais de metade da população em estudo tem acesso a água da rede pública nos dois meios de residência. No entanto, no meio urbano essa proporção é superior a média nacional e abrange cerca de 90% desta população. No meio rural, a água proveniente das nascentes é 3 vezes mais consumida do que no meio urbano. Quando se trata do consumo da água do rio/ribeira, essa percentagem corresponde a 2% no meio urbano contra 16% no rural.

Gráfico 4.6.3 – Distribuição da população de 0-17 anos, segundo principal fontes de água consumida para beber por meio de residência



Conforme verifica-se na tabela a seguir, existem algumas disparidades regionais. A proporção de crianças e adolescentes residentes na Região Autónoma do Príncipe que bebem água da rede pública não ultrapassa 55%, enquanto nos distritos essa cobertura assume proporções significativamente mais elevada. Se em Mé-zochi, apenas 74% destas crianças têm acesso a rede pública, como principal fonte de água consumida para beber, em Agua Grande, Lobata, Caué e Lemba, esta proporção atinge valores próximos de 90%.

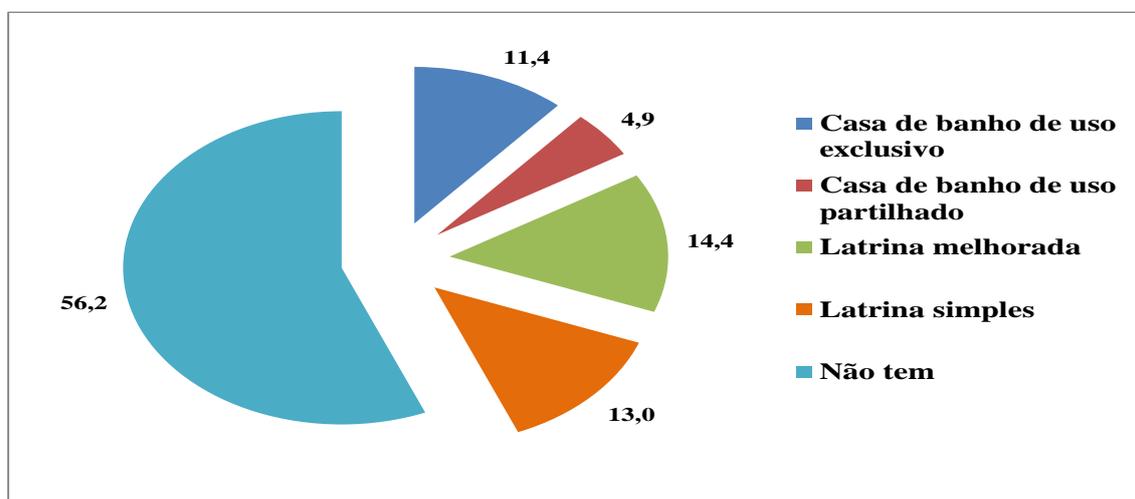
Tabela 4.6.2 – Repartição da população dos 0-17 anos, segundo distrito por principal fonte de água consumida para beber

Distrito	Principal fonte de água consumida para beber				
	Total	Rede pública	Nascente	Rio ou ribeira	Outra
RDSTP	100,00	83,65	6,79	6,58	2,97
Agua-grande	100,00	88,66	4,33	0,21	6,81
Mé-zochi	100,00	74,15	13,29	11,96	0,61
Lobata	100,00	89,49	6,21	3,15	1,15
Cantagalo	100,00	86,01	3,60	10,16	0,23
Caué	100,00	91,96	6,11	1,93	0,00
Lembá	100,00	89,57	1,09	7,94	1,40
Príncipe	100,00	54,96	11,31	33,32	0,41

Tipo de instalação sanitária existente no alojamento

O gráfico 4.6.3. revela que mais de metade de crianças e adolescentes (56%) vive em alojamentos sem casa de banho, latrinas ou qualquer outro tipo de instalação sanitária para evacuação dos dejetos. Entretanto, observa-se ainda que 11,4% vivem em alojamentos com casa de banho de uso exclusivo, 27% vivem em alojamentos com latrina simples ou melhorada e quase 5% vivem em alojamentos com casa de banho de uso partilhado.

Gráfico 4.6.4 – Repartição das crianças segundo tipo de instalação sanitária existente no alojamento



Existem disparidades entre os dois meios de residência. A percentagem de crianças e adolescentes que vivem em alojamentos sem casa de banho, latrinas ou qualquer tipo de instalação para evacuação dos dejetos é de 51% no meio urbano contra 66% no rural. Em contrapartida, a percentagem das que vivem em alojamentos com casa de banho de uso exclusivo é de quase 15% no meio urbano e 5% no rural (Tabela 4.6.3).

Tabela 4.6.3 – Repartição da população dos 0-17 anos, segundo tipo de instalação sanitária existente no alojamento por meio de residência

Tipo de instalação sanitária	Meio de residência		
	RDSTP	Urbano	Rural
Total	100	100	100
Casa de banho de uso exclusivo	11,41	14,78	4,66
Casa de banho de uso partilhado	4,92	4,84	5,09
Latrina melhorada	14,41	14,96	13,33
Latrina simples	13,01	14,26	10,50
Buraco no quintal	0,38	0,35	0,45
Não tem	55,87	50,81	65,98

No que se refere aos distritos, verifica-se do quadro abaixo que mais de metade de crianças e adolescentes residentes em Cantagalo (76%), não possui qualquer tipo de instalação sanitária no local de residência. Esta percentagem corresponde a 65% em Lobata, 63% em Mé-Zóchi, 57% em Caué (57%) e 59% em Lembá (Tabela 4.6.4). A percentagem dos que possuem casa de banho de uso exclusivo é relativamente mais elevada em Água Grande (21,1%) e Príncipe (12,8%).

Tabela 4.6.4 – Repartição da população dos 0-17 anos, segundo distrito por tipo de instalação sanitária

Distrito	Tipo de instalação sanitária						
	Total	Casa de banho de uso exclusivo	Casa de banho de uso partilhado	Latrina melhorada	Latrina simples	Buraco no quintal	Não tem
RDSTP	100,00	11,41	4,92	14,41	13,01	0,38	55,87
Agua-grande	100,00	21,11	6,38	14,16	15,14	0,38	42,82
Mé-zochi	100,00	5,95	5,40	12,89	12,00	0,76	63,00
Lobata	100,00	4,37	5,48	14,62	10,85	0,04	64,63
Cantagalo	100,00	4,05	0,52	10,60	8,51	0,14	76,18
Caué	100,00	7,15	2,81	29,30	3,33	0,03	57,37
Lembá	100,00	4,46	3,10	13,29	20,14	0,27	58,74
Príncipe	100,00	12,76	3,85	24,77	9,80	0,00	48,83

CAPÍTULO V. CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CIRCUNSTÂNCIAS PARTICULARMENTE DIFÍCEIS

Conforme já referido, as crianças e adolescentes em circunstâncias particularmente difíceis são aquelas que têm idade escolar mas entretanto encontram-se fora do sistema escolar, são responsáveis de família, trabalham ou são portadores de alguma incapacidade, isto é, são aquelas que constituem problema à luz das recomendações nacionais e internacionais sobre os direitos da criança, no que se refere à sua instrução, segurança e dignidade.

Assim, neste capítulo pretende-se fazer uma descrição desta categoria de população face à situação escolar, trabalho e incapacidade.

A- População não escolar

Partindo do pressuposto que a escolaridade é um dos principais fatores que contribuem para o desenvolvimento dos indivíduos e a sua inserção social e profissional, este subcapítulo analisa as crianças e adolescentes que se encontram fora do sistema escolar e sua repartição espacial.

Volume e repartição por sexo

Das 17.699 crianças e adolescentes de 3-17 anos que na data do RGPH-2012 estavam fora do sistema de ensino, 66% (11.624 indivíduos) nunca frequentaram uma escola. O abandono escolar atinge cerca de 34% das crianças (tabela 5.1). Existem diferenças entre os sexos, isto é, os rapazes constituem a maioria tanto entre as que nunca frequentaram (cerca de 52%), como entre aquelas que frequentaram e abandonaram o sistema escolar (51%).

Tabela 5.1 – Repartição da população de 3-17 anos que se encontra fora do sistema de ensino segundo sexo, por frequência escolar

Sexo	Frequência escolar			
	Nunca frequentaram		Frequentaram	
	Efetivo	%	Efetivo	%
Total	11 624	100	6 075	100
Masculino	5 988	51,51	3 074	50,60
Feminino	5 636	48,49	3 001	49,40

Estrutura por sexo e idade

A maioria dessa população que *nunca frequentou uma escola* tem entre 3-5 anos (81%), com percentagens relativamente iguais entre os dois sexos (Tabela 5.2). As pertencentes ao grupo de 6-11 anos, ou seja, aquelas com idade de escolaridade obrigatória, representam 16%, enquanto 4% possui entre 12 e 17 anos.

A relação de masculinidade indica que em todos os grupos etários existem mais rapazes do que raparigas que *nunca frequentaram uma escola*, com maiores diferenças nas crianças e adolescentes com idade compreendida entre 6-11 anos (cerca de 115 rapazes para cada 100 raparigas).

Tabela 5.2 – Repartição da população dos 3-17 anos que nunca frequentaram uma escola segundo grupos etários por sexo e relação de masculinidade

Grupos etários	Sexo e relação de masculinidade						Relação de masculinidade
	Total		Masculino		Feminino		
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	
Total	11.624	100	5988	100	5636	100	106,25
3-5	9.400	80,87	4811	80,34	4589	81,42	104,84
6-11	1.820	15,66	972	16,23	848	15,05	114,62
12-17	404	3,48	205	3,42	199	3,53	103,02

Relativamente às que *frequentaram uma escola* no passado, verifica-se da tabela 5.3 que 75% tem entre 12 e 17 anos e 22% entre 6-11 anos. O grupo etário mais jovem, ou seja, o de 3-5 anos corresponde a 4% desta população.

A relação de masculinidade indica que existem a nível nacional mais rapazes nesta situação. No entanto, nas idades mais jovens e menos expressivas, as raparigas constituem a maioria (94 rapazes para cada 100 raparigas nos grupos etários de 3-5 e 6-11 anos).

Tabela 5.3 – Repartição da população dos 3-17 anos que frequentaram uma escola segundo grupos etários por sexo e relação de masculinidade

Grupos etários	Sexo e relação de masculinidade						
	Total		Masculino		Feminino		masculinidade
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	
Total	6 075	100	3 074	100	3 001	100	102,43
3-5	219	3,60	106	3,45	113	3,77	93,81
6-11	1 303	21,45	630	20,49	673	22,43	93,61
12-17	4 553	74,95	2 338	76,06	2 215	73,81	105,55

A tabela 5.4 apresenta a incidência da população não-escolar de 3-17 anos segundo distritos por grupos etários e sexo. Da mesma constata-se que um em cada quatro indivíduo encontra-se fora do sistema de ensino. É nos distritos de Caué (43%), Cantagalo (36%) e Lembá (26%) onde as incidências são mais elevadas e com valores superiores ao nacional. Nos outros distritos este indicador oscila entre 23% em Água Grande e 25% em Mé-Zóchi e Lobata. A RA Príncipe regista a menor incidência (12%).

Quanto aos grupos etários, constata-se que 57% desta população tem entre 3-5 anos (aquela em idade do pré-escolar), 21% entre 12-17 anos, enquanto o grupo etário de 6-11 anos representa 11%.

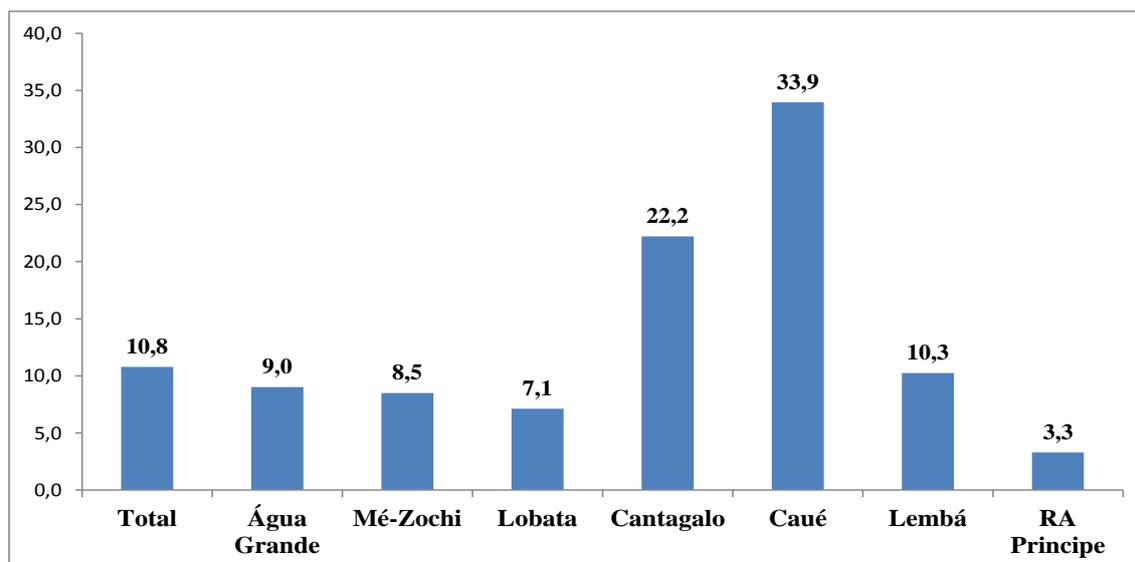
Relativamente ao grupo de 3-5 anos, a incidência é superior ao nacional nos distritos de Mé-Zóchi, Lobata e Cantagalo. Apesar de continuarem elevados, as taxas reduzem para valores inferiores ao nacional nos distritos de Água Grande (53%), Caué (53%) e Lembá (55%).

Tabela 5.4 – Incidência da população não-escolar de 3-17 anos segundo distrito por grupos etários e sexo

Distrito	Total			Grupos etários								
				03-05			06-11			12-17		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total	25,44	26,00	24,89	57,17	58,40	55,94	10,78	11,09	10,48	20,85	21,21	20,49
Água grande	22,47	23,41	21,56	53,22	54,44	51,97	9,02	9,83	8,22	16,72	17,11	16,34
Mé-zochi	25,01	25,76	24,25	65,53	66,99	36,35	8,49	8,65	8,33	17,62	19,14	16,05
Lobata	25,43	25,34	25,52	62,32	62,21	62,43	7,13	7,33	6,92	20,64	20,41	20,88
Cantagalo	36,01	36,69	35,32	61,40	65,48	57,54	22,23	22,18	22,27	35,40	34,77	36,12
Caué	42,82	40,81	44,87	52,66	51,44	53,85	33,95	32,12	35,62	46,70	43,48	50,46
Lembá	26,33	26,62	26,03	55,00	55,85	54,09	10,26	11,33	9,11	24,23	22,93	25,54
RA Príncipe	11,89	11,41	12,37	27,85	27,95	27,75	3,30	3,03	3,57	11,47	10,42	12,53

A análise da incidência das crianças e adolescentes que se encontram em idade de frequência do ensino básico (6-11 anos) merece uma atenção especial devido às particularidades deste nível de ensino. Assim, o gráfico 5.1 mostra algumas disparidades entre os distritos: a incidência é superior à média nacional nos distritos de Caué (34%) e Cantagalo (22%). Em Lembá ela é quase idêntica ao valor nacional (10%), e o valor mais baixo se verifica na RA Príncipe (3%).

Gráfico 5.1 – Incidência da população de 6-11 anos que se encontra fora do sistema de ensino por distrito



B- Trabalho das crianças e adolescentes

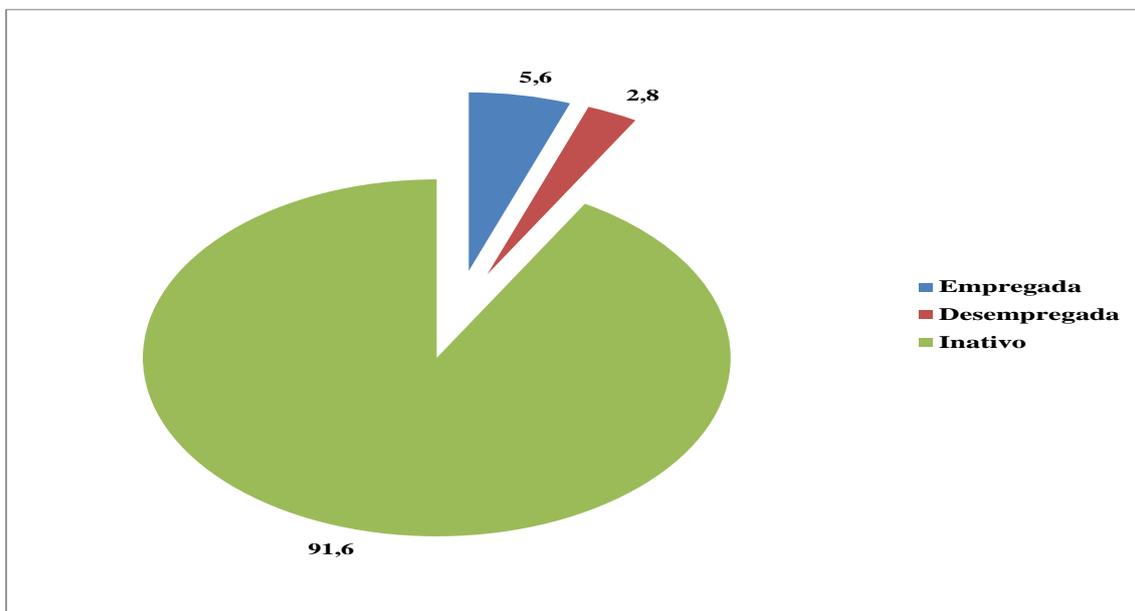
O trabalho prestado por menores, que compromete a sua saúde, educação, segurança e dignidade, é, segundo Organização Internacional de Trabalho (OIT), um problema social que tem assumido proporções preocupantes a nível mundial.

Este subcapítulo pretende avaliar a dimensão deste fenómeno no contexto nacional, através da pergunta sobre a condição perante actividade económica na semana anterior ao RGPH-2012, que classifica o indivíduo como ativo ou inativo.

Caracterização segundo condição perante actividade económica

O gráfico abaixo mostra que 92% das crianças e adolescentes de 10 anos ou mais são inativas, 5,6% trabalham e cerca de 3% são desempregados que andam à procura de um novo emprego

Gráfico 5.2 – Repartição da população de 10-17 anos, segundo condição perante actividade económica



As crianças e adolescentes que encontram-se na condição de inativas, não serão objeto da análise por corresponder a uma situação normal para a idade. Entretanto, as

desempregadas não deixam de constituir um problema, na medida em que já tinham trabalhado antes do RGPH-2012, e se encontram disponíveis para trabalhar.

Em relação ao sexo, verifica-se da tabela 5.5 que existe uma maior participação dos rapazes na vida laboral, tanto na condição de empregada como na de desempregada. Entre as desempregadas, a diferença entre os sexos é relativamente baixa (51% para rapazes e 49% para raparigas), enquanto, entre as empregadas a percentagem dos rapazes é quase dobro da das raparigas (65% contra 35% para as raparigas).

Tabela 5.5 – Repartição da população de 10-17 anos, segundo sexo por condição perante actividade económica

Sexo	Condição perante actividade económica			
	Empregada		Desempregada	
	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	1.841	100	924	100
Masculino	1.190	64,64	470	50,87
Feminino	651	35,36	454	49,13

Estrutura por sexo e idade

A participação das crianças e adolescentes na vida económica ativa aumenta com a idade. Quanto às empregadas, 27% possui entre 10-14 anos e 73% entre 15-17 (tabela 5.6). Observa-se, praticamente, a mesma repartição etária entre as do sexo masculino.

No que se refere ao sexo feminino, essa proporção corresponde a 68% entre os 15-17 anos.

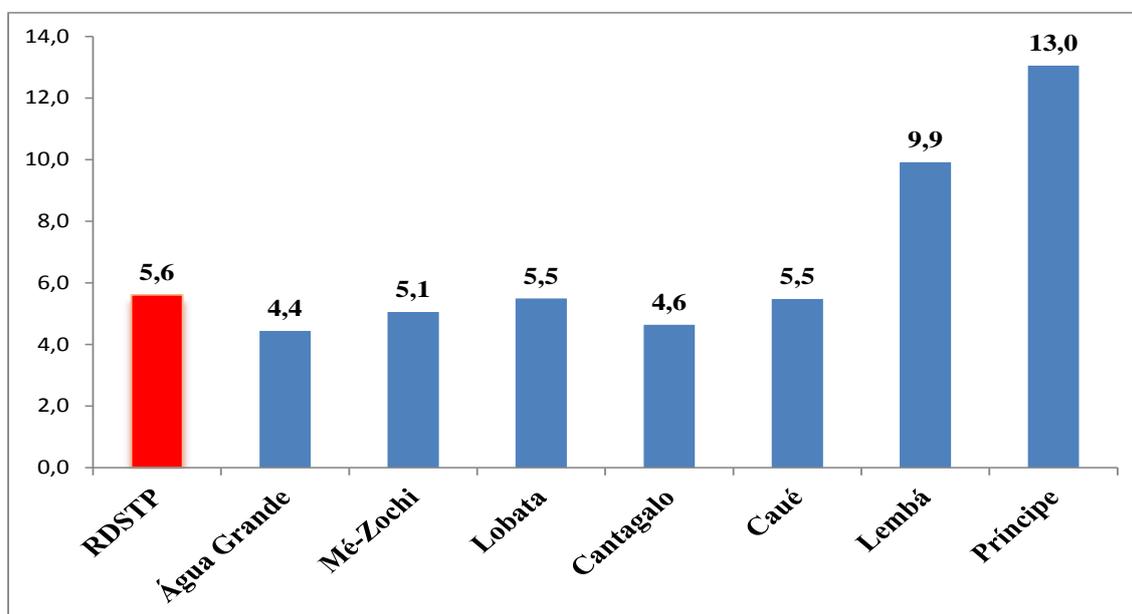
Relativamente às que se encontram desempregadas mas disponíveis para trabalhar, essa percentagem é de 35% para as crianças de 10-14 anos e 66% para as de 15-17 anos, sem diferenças importantes entre os sexos.

Tabela 5.6 – Repartição da população de 10-17 anos, segundo sexo e grupos etários por condição perante actividade económica

Sexo e idade	Condição perante actividade económica			
	empregada		desempregada	
	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	1.841	100	924	100
10-14	497	27,00	319	34,52
15-17	1.344	73,00	605	65,48
Masculino	1.190	100	470	100
10-14	290	24,37	164	34,89
15-17	900	75,63	306	65,11
Feminino	651	100	454	100
10-14	207	31,80	155	34,14
15-17	444	68,20	299	65,86

O gráfico 5.3. apresenta a incidência da população de 10-17 anos empregadas por distrito. Conforme já referido, a incidência é de 6% a nível nacional. Verifica-se que é na RA do Príncipe (13%) e no distrito de Lembá (10%) onde este indicador atinge proporções elevadas, correspondendo a quase dobro do valor nacional.

Gráfico 5.3 – Incidência da população de 10-17 anos empregadas segundo distritos



Relativamente ao sexo, a tabela abaixo mostra que entre as empregadas, a incidência é mais elevada nos rapazes do que nas raparigas, qualquer que seja o distrito. A título de exemplo, em Caué, esse indicador corresponde a cerca de 9% entre os rapazes e 2% entre as raparigas.

A maior incidência dos desempregados verifica-se em Cantagalo (7,2%), sem diferenças importantes entre os sexos.

Tabela 5.7 – Incidência das crianças de 10-17 anos segundo distrito por condição perante actividade económica e sexo

Distritos	Condição perante actividade económica					
	Empregadas			Desempregadas		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
RDSTP	5,60	7,21	3,98	2,81	2,85	2,77
Agua Grande	4,44	5,68	3,28	2,64	2,45	2,81
Mé-zochi	5,05	6,32	3,73	2,06	2,50	1,60
Lobata	5,49	7,07	3,84	2,17	2,38	1,95
Cantagalo	4,64	6,55	2,57	7,20	7,24	7,15
Caué	5,48	8,57	2,02	3,57	2,71	4,54
Lembá	9,92	13,50	6,14	2,24	2,15	2,34
Príncipe	13,05	13,38	12,71	0,50	0,29	0,71

Crianças e adolescentes empregadas segundo frequência escolar

A maioria das crianças e adolescentes que trabalha já frequentou alguma vez uma escola. Nesta situação encontra-se cerca de 58% dessa população, sendo 62% entre os rapazes e 49% entre as raparigas (Tabela 5.8). Este facto revela que uma grande parte inicia os estudos, mas, por motivo ligados a pobreza, insucesso escolar ou outro, é obrigada a abandonar.

Importa realçar a existência de um número significativo desta população que tem o estatuto de trabalhadores-estudantes (734), correspondendo a cerca de 40% da população de 10-17 anos empregada.

A percentagem das que já frequentaram uma escola é mais alta no meio rural (64% contra 54% no meio urbano). Em ambos os meios de residência, a proporção de rapazes é mais elevada que a das raparigas, embora no meio rural os valores são mais ou menos equilibrados.

Em contrapartida, a percentagem das que encontram-se a frequentar uma escola é mais elevada no meio urbano (43%, contra 35% no meio rural), e a proporção das raparigas é superior à dos rapazes, tanto no meio urbano como no rural.

Tabela 5.8 – Repartição da população de 10-17 anos empregadas segundo frequência escolar e meio de residência por sexo

Meio de residência e frequência escolar	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	1.841	100	1.190	100	651	100
Nunca frequentou	44	2,39	31	2,61	13	2,00
Frequentou	1.063	57,74	742	62,35	321	49,31
Esta a frequentar	734	39,87	417	35,04	317	48,69
Urbano						
Total	1.126	100	704	100	422	100
Nunca frequentou	32	2,84	21	2,98	11	2,61
Frequentou	608	54,00	426	60,51	182	43,13
Esta a frequentar	486	43,16	257	36,51	229	54,27
Rural						
Total	715	100	486	100	229	100
Nunca frequentou	12	1,68	10	2,06	2	0,87
Frequentou	455	63,64	316	65,02	139	60,70
Esta a frequentar	248	34,69	160	32,92	88	38,43

A tabela 5.9 apresenta a repartição da população de 10-17 anos empregada segundo frequência escolar por relação de parentesco com o responsável de família.

As que trabalham e estudam e não possuem nenhuma relação de parentesco com o responsável de família encontram-se numa situação menos favorável, na medida em que apenas 27% delas estudam e trabalham simultaneamente, contra 45% das que são filhos/enteados do responsável, 48% das que são netos e 40% das que possuem algum laço de parentesco com o responsável de família.

Se entendermos que os filhos/enteados subsistem com o apoio da família e por isso dependem muito menos dos seus salários para sobreviver, essa elevada desproporção pode indicar que a natureza do apoio familiar tende estar condicionado ao grau de estreitamento dos laços em relação ao responsável. É assim que, entre aquelas sem parentesco com o responsável de família, coloca-se um dilema entre continuar os estudos ou dedicar-se em exclusivo ao trabalho.

Verifica-se também da mesma tabela, que é entre as que são responsáveis de família ou conjugues, que a proporção das que frequentam uma escola é mais baixa (11% para as conjugues e cerca de 18% para as responsáveis).

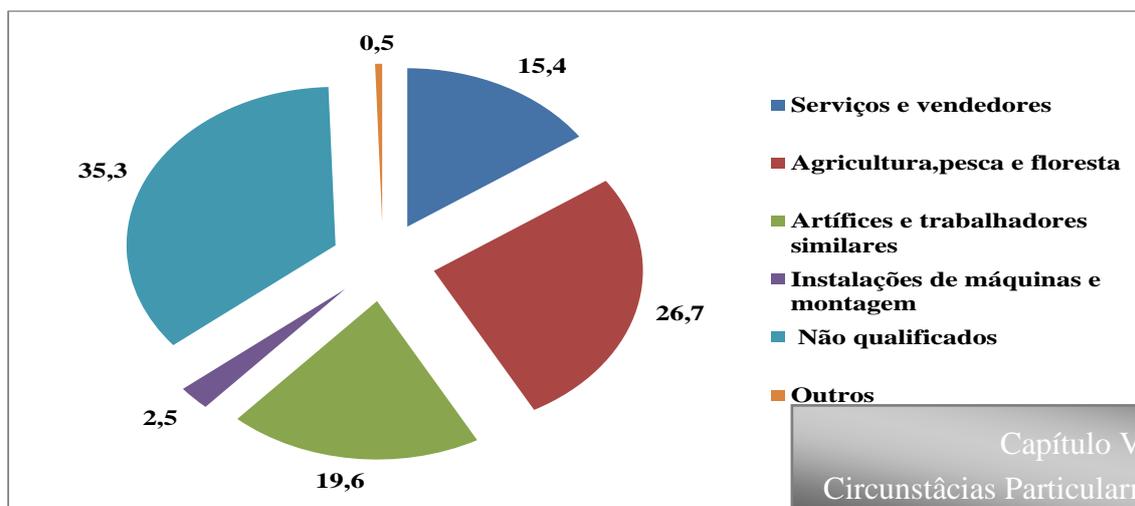
Tabela 5.9 – Repartição da população de 10-17 anos empregada, segundo frequência escolar por relação de parentesco com o responsável de família

Frequência escolar	Total		Responsável de família		Cônjuge ou companheiro(a)		Filho(a)/Enteado(a)		Neto(a) ou bisneto(a)		Outro Parentesco		Outro sem parentesco	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Total	1.841	100	126	100	107	100	1.181	100	156	100	205	100	66	100
Esta a frequentar	734	39,87	22	17,46	12	11,21	525	44,45	75	48,08	82	40,00	18	27,27
Frequentou	1.063	57,74	103	81,75	91	85,05	631	53,43	77	49,36	114	55,61	47	71,21
Nunca frequentou	44	2,39	1	0,79	4	3,74	25	2,12	4	2,56	9	4,39	1	1,52
Masculino														
Total	1.190	100	99	100	9	100	798	100	112	100	142	100	30	100
Esta a frequentar	417	35,04	20	20,20	1	11,11	294	36,84	51	45,54	44	30,99	7	23,33
Frequentou	742	62,35	79	79,80	8	88,89	485	60,78	57	50,89	90	63,38	23	76,67
Nunca frequentou	31	2,61	-	0,00	-	0,00	19	2,38	4	3,57	8	5,63	-	0,00
Feminino														
Total	651	100	27	100	98	100	383	100	44	100	63	100	36	100
Esta a frequentar	317	48,69	2	7,41	11	11,22	231	60,31	24	54,55	38	60,32	11	30,56
Frequentou	321	49,31	24	88,89	83	84,69	146	38,12	20	45,45	24	38,10	24	66,67
Nunca frequentou	13	2,00	1	3,70	4	4,08	6	1,57	-	0,00	1	1,59	1	2,78

Crianças e adolescentes empregadas segundo ocupação principal

Neste subcapítulo pretende-se conhecer o conjunto de tarefas desempenhadas pelas crianças e adolescentes empregadas na semana anterior ao RGPH-2012. O gráfico abaixo mostra que a maioria exerce actividades não qualificadas (35%), e um pouco mais de ¼ (27%) trabalha na agricultura, pesca e floresta. Aquelas que são operários e artífices correspondem a 20% e as que exercem actividades relacionadas com serviços e vendas correspondem a 15%.

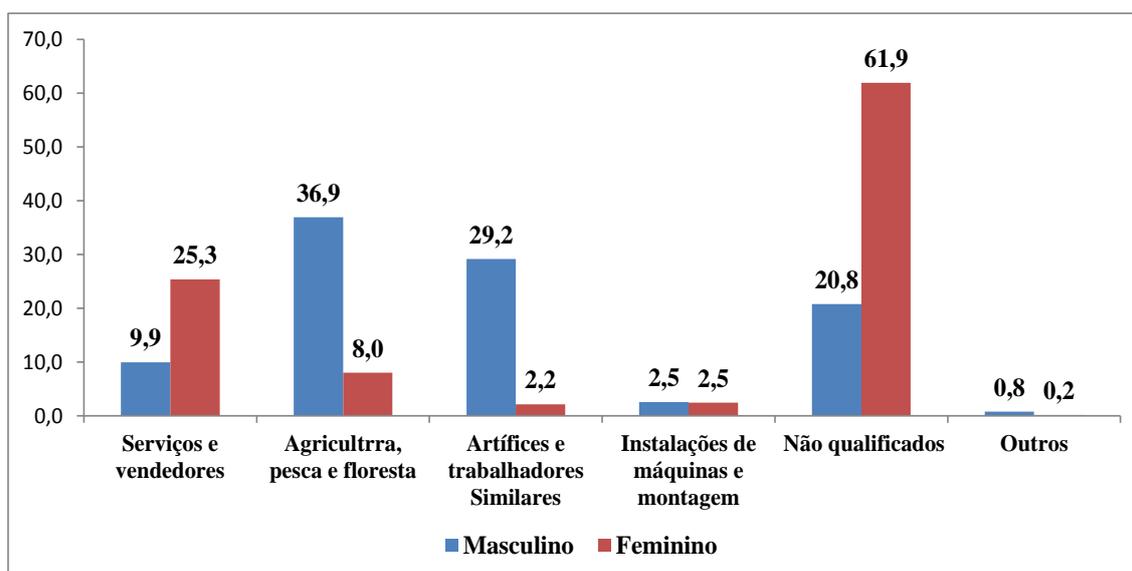
Gráfico 5.4 – Repartição da população de 10-17 anos empregada segundo profissão (%)



Em relação ao sexo, verifica-se que a disparidade começa já nesta fase. As raparigas correspondem uma maior proporção dos trabalhadores não qualificados (62% contra 21% para rapazes) e maior proporção das que exercem actividades relacionadas com os serviços e vendas (25% contra 10% para os rapazes) (Gráfico 5.5).

Os rapazes destacam-se principalmente na agricultura, pesca e floresta, representando cerca de 37%, e operários artífices (29%).

Gráfico 5.5 – Repartição da população de 10-17 anos empregada segundo profissão por sexo (%)



Crianças e adolescentes empregadas segundo setor de actividade

Pretende-se neste subcapítulo conhecer o tipo de produção ou a atividade económica desenvolvida pela empresa, estabelecimento ou entidade, onde as crianças se adolescentes exercem a profissão.

Observa-se da tabela 5.10 que a maior parte trabalha para o setor terciário (40%). Seguem-se por ordem de importância os que trabalham no setor primário (31%) e secundário (16%).

Tabela 5.10 – Repartição da população dos 10-17 anos empregadas, segundo sector de actividade e meio de residência por sexo

Meio de residência e sector de actividade	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efetivo	Efetivo	Efetivo	%	Efetivo	%
Total	1 841	100	1 190	100	651	100
Primário	577	31,34	498	41,85	79	12,14
Secundário	294	15,97	237	19,92	57	8,76
Terciário	740	40,20	374	31,43	366	56,22
Urbano						
Total	1 126	100	704	100	422	100
Primário	219	19,45	196	27,84	23	5,45
Secundário	215	19,09	172	24,43	43	10,19
Terciário	527	46,80	279	39,63	248	58,77
Rural						
Total	715	100	486	100	229	100
Primário	358	50,07	302	62,14	56	24,45
Secundário	79	11,05	65	13,37	14	6,11
Terciário	213	29,79	95	19,55	118	51,53

Existem diferenças acentuadas entre os sexos: a proporção das que trabalham no setor primário é relativamente mais elevada entre os rapazes (42%) do que entre as raparigas (12%), enquanto a proporção das que trabalham no setor terciário é relativamente mais elevada entre as raparigas do que entre os rapazes (56% e 31% respectivamente).

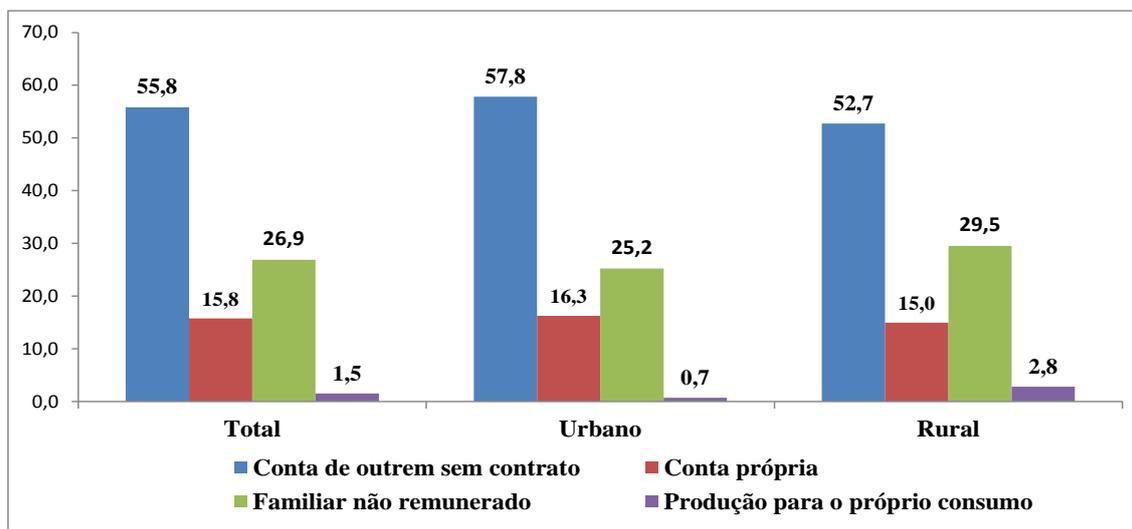
No meio urbano a situação é totalmente diferente à média nacional, predominando os serviços com praticamente 47% e a agricultura com apenas 19%. No meio rural, pelo contrário, os serviços representam apenas 30% do trabalho das crianças e adolescentes enquanto a agricultura e pecuária representam 50%.

Crianças e adolescentes empregadas segundo situação na profissão

Pretende-se conhecer o tipo de vínculo laboral que explicita ou implicitamente liga a pessoa à organização (empregador) ou a outras pessoas. A maior parte das crianças e adolescentes trabalha por conta de outrem sem contrato (56%), sendo esta percentagem relativamente mais elevada no meio urbano (58% contra 53% no meio rural) (Gráfico 5.6). Seguem-se as que são trabalhadores familiares não remunerados (27%) e trabalhador por conta própria (16%).

A semelhança do trabalho familiar não remunerado, a produção para próprio consumo é sobretudo uma realidade rural.

Gráfico 5.6 – Repartição da população dos 10-17 empregada segundo situação na profissão por meio de residência



Relativamente aos distritos, verifica-se que a percentagem das que trabalham por conta de outrem sem contrato é mais elevada nos distritos de Água Grande (71%), Caué (cerca de 80%) e Mé-Zóchi (56%), valores acima do nacional (Tabela 5.11).

É nos distritos de Lembá e Lobata onde se regista valores mais elevados das que trabalham por conta própria (27% e 21% respectivamente para os dois distritos), enquanto a percentagem das que trabalham na produção para próprio consumo é mais elevada na RA Príncipe (cerca de 4%) e Lembá (cerca de 3%).

O trabalho familiar não remunerado apresenta valores mais elevados na RA Príncipe (41%), Lembá (37%), Cantagalo (36%) e Mé-Zóchi (cerca de 28%).

Tabela 5.11 – Repartição da população de 10-17 anos empregada, segundo distrito por situação na profissão

Distrito	Situação na profissão			
	Conta de outrem sem contrato	Conta própria	Familiar não remunerado	Produção para o próprio consumo
RDSTP	55,84	15,75	26,89	1,52
Agua Grande	71,22	11,07	17,16	0,55
Mé-zochi	56,24	14,82	27,76	1,18
Lobata	52,63	20,53	25,79	1,05
Cantagalo	48,05	14,29	36,36	1,30
Caué	79,71	17,39	1,45	1,45
Lembá	32,62	27,24	37,28	2,87
RA Principe	45,60	9,89	40,66	3,85

C- Crianças e adolescentes portadoras de pelo menos uma incapacidade

A realidade mostra-nos que as barreiras socioculturais e económicas determinam as consequências de uma incapacidade para a vida quotidiana de uma pessoa, condicionando o acesso aos serviços disponíveis aos outros cidadãos, como a educação, saúde, habitação, emprego, transportes e mesmo a uma vida familiar.

A caracterização das crianças e adolescentes portadoras de pelo menos uma incapacidade revela-se de grande importância, porque fornece elementos que podem apoiar a criação de condições para garantir a igualdade de oportunidades no acesso a serviços sociais e educacionais, facilitar a reabilitação física e a integração social.

As portadoras de pelo menos uma incapacidade constituem um contingente de 1.779 indivíduos e correspondem a cerca de 2% da população de 0-17 anos. Entre estas, 948 são do sexo masculino, correspondendo a 53%, enquanto 831 são do sexo feminino (47%).

A tabela 5.12 apresenta a repartição da população de 0-17 anos portadora de pelo menos uma incapacidade segundo grupos etários por sexo e relação de masculinidade. Cerca de 83% tem idade inferior a 15 anos, sendo que destas, 33% tem entre 10-14 anos, 26% entre 5-9 anos e quase 8% tem menos de um ano de idade.

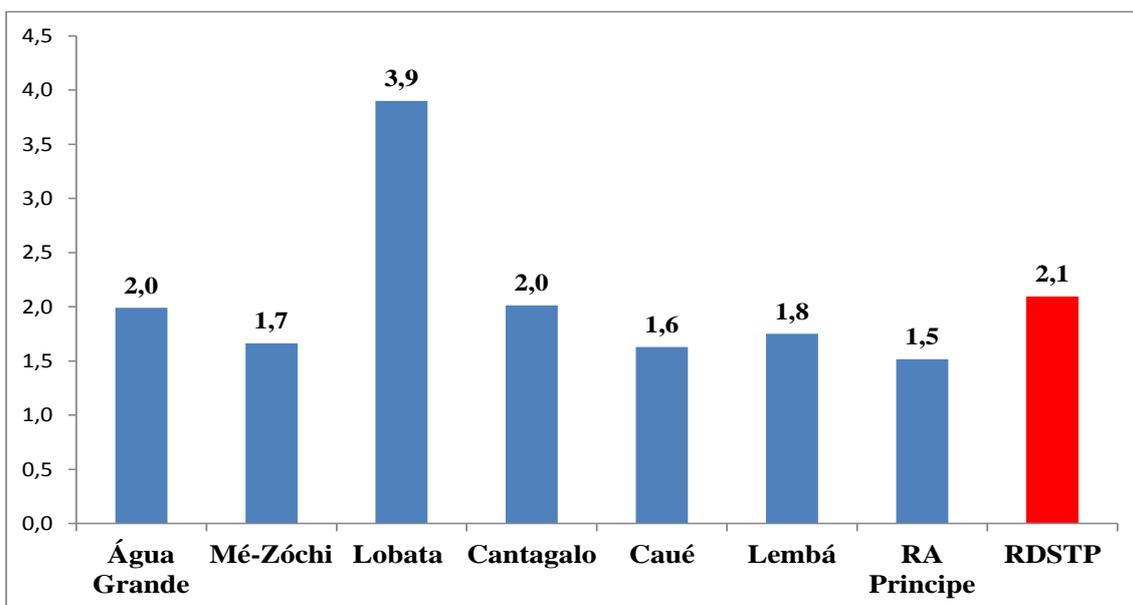
Tabela 5.12 – Repartição da população de 0-17 anos portadora de pelo menos uma incapacidade segundo grupos etários por sexo e relação de masculinidade

Grupos etários	Sexo e relação de masculinidade						Relação de masculinidade
	Total		Masculino		Feminino		
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%	
Total	1 779	100	948	100	831	100	114,1
0	139	7,81	72	7,59	67	8,06	107,5
1-4	279	15,68	163	17,19	116	13,96	140,5
5-9	467	26,25	248	26,16	219	26,35	113,2
10-14	585	32,88	303	31,96	282	33,94	107,4
15-17	309	17,37	162	17,09	147	17,69	110,2

A relação de masculinidade indica que a nível nacional, em cada 100 raparigas portadoras de pelo menos uma incapacidade, 114 são rapazes. Esta relação mantém-se a nível de todos os grupos etários com diferença mais elevada no grupo de 1-4 anos (em cada 100 raparigas portadoras de pelo menos uma incapacidade 140 são rapazes).

No que se refere ao distrito, verifica-se que a incidência desta população é mais elevada no distrito de Lobata (cerca de 4%) (Gráfico 5.7). De realçar que nos restantes distritos a incidência é quase idêntica ao valor nacional.

Gráfico 5.7 – Incidência da população de 0-17 anos portadoras de pelo menos uma incapacidade segundo distrito



BIBLIOGRAFIA

- Instituto Nacional de Estatísticas (INE): “População de *Crianças e Adolescentes em S.Tomé e Príncipe*”, III Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2001, São Tomé e Príncipe, 2003.
- Instituto Nacional de Estatística (INE); “*Inquerito ao Orçamento Familiar - Perfil da pobreza de São Tomé e Príncipe*”, PNUD, 2010
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), “*Estudo sobre o trabalho infantil no sector informal de São Tomé e Príncipe*”, 2007
- Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), “*Estudo sobre os meninos de rua - São Tomé e Príncipe*”, 2011
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Republica Democrática de S.Tomé e Príncipe (RDSTP): “*Análise da Situação da Criança e da Mulher em São Tomé e Príncipe. Por um São Tomé e Príncipe Digno das Crianças*”, 2010
- Republica Democrática de S.Tomé e Príncipe (RDSTP), “*Segunda estratégia nacional de redução da pobreza 2012-2016*”, 2012
- Republica Democrática de S.Tomé e Príncipe (RDSTP), “*V Relatório sobre a implementação da Convenção dos Direitos das Crianças*”, 2013
- Republica Democrática de S.Tomé e Príncipe (RDSTP), “*Inquerito demográfico e sanitário (IDS STP 2008-2009)*”, 2010
- Republica Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP): “*II Relatório da Convenção de Implementação da Convenção do Direito da Criança. São Tomé: Governo de São Tomé e Príncipe*”, 2008.
- Gerhard Seibert, “*Camaradas Clientes e Compadres, Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*”, Veja Editores, 2001
- José Maria Caller e outros, “*A problemática da gravidez e paternidade precoce em São Tomé e Príncipe: diagnóstico da situação*”, UNICEF, 2010
- Organização Internacional do Trabalho (OIT), “*Estudo comparativo entre a aplicação das Convenções e Recomendações da OIT e legislação nacional nos PALOPs e uma análise sobre as políticas nacionais existentes em matéria de Trabalho Infantil em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe*”, 201?.

ANEXO

Tabela 4.4.1 – Incidência das crianças de 0- 5 anos sem registo de nascimento segundo idade simples por meio de residência

Idade simples	Total crianças de 0-5 anos	Crianças de 0-5 anos sem registo de nascimento	
		Efetivo	Incidência (%)
Total	33.325	2.808	8,43
0 ano	5.724	565	9,87
1 ano	5.244	490	9,34
2 anos	5.532	543	9,82
3 anos	5.628	500	8,88
4 anos	5.592	383	6,85
5 anos	5.605	327	5,83
Urbano			
Total	22.244	1.660	7,46
0 ano	3.827	315	8,23
1 ano	3.508	280	7,98
2 anos	3.725	325	8,72
3 anos	3.696	287	7,77
4 anos	3.746	244	6,51
5 anos	3.742	209	5,59
Rural			
Total	11.081	1.148	10,36
0 ano	1.897	250	13,18
1 ano	1.736	210	12,10
2 anos	1.807	218	12,06
3 anos	1.932	213	11,02
4 anos	1.846	139	7,53
5 anos	1.863	118	6,33